

UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MUNICIPALISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

LAIDY SIMONE SANTOS RODRIGUES

Mindelo, 2015

Autor: Laidy Simone Santos Rodrigues

TÍTULO: MUNICIPALISMO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Declaração de Originalidade

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato

Laidy Simone Santos Rodrigues

Mindelo, 21 de Setembro de 2015

"Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações internacionais".

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, a meus amigos e colegas, familiares e todas as pessoas que me ajudaram na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar queria agradecer à minha mãe que esteve sempre presente e me apoiou tanto nos momentos bons como nos difíceis.

Aos meus irmãos Fredulson Rodrigues e Stiven Rodrigues, que sempre me apoiaram, um obrigado.

Ao Paulo Évora, que esteve sempre do meu lado em todos os momentos e me apoiou.

Ao meu orientador Isidoro Costa, um agradecimento especial pela forma como deu as suas sugestões e orientações, pela disponibilidade, paciência e colaboração.

Ao meu avô Camilo Alves Fonseca, que me apoiou nesta caminhada, um agradecimento especial porque sem ele não seria possível chegar até aqui.

Às minhas tias Maria Rodrigues e Isabel Fonseca, à minha prima Lenisia Cruz, que também me apoiaram nesta jornada.

Às minhas amigas Verónica Pires e Andira Oliveira e também ao Sr. Valter Silva e ao Sr. Natalino Rocha que me ajudaram, um obrigado.

Aos meus colegas e amigos, e a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram na realização deste trabalho, os meus agradecimentos.

RESUMO

O desenvolvimento era considerado um processo de forte pendor económico, mas ao longo dos anos vem sofrendo diversas interpretações e conceituações, incorporando experiências e lições ao longo do processo. No mundo predominava a visão marcadamente economicista, visão essa que tem vindo a evoluir, no sentido de conceber o desenvolvimento tendo o homem como ponto de partida e de chegada.

Ao conceito de desenvolvimento associa-se a perspetiva qualitativa e global das modificações inter-relacionadas, isto é, para que se possa falar de desenvolvimento deverão ocorrer progressos económicos mas também melhorias sociais e culturais (é um fenómeno multidimensional).

Cabo Verde ascende à independência numa situação de grande vulnerabilidade e pobreza extrema. Era imprescindível a construção de um Estado e criar as condições básicas para o processo endógeno de desenvolvimento.

Relativamente à organização administrativa do território, o país estava dividido em municípios à frente dos quais foi colocado um delegado do Governo central.

Após a independência de Cabo Verde, registou-se um acumular de experiências e de reflexões sobre a problemática das autarquias locais que justificam a adoção de um novo sistema de normas e princípios disciplinadores dessa matéria.

O município do Porto Novo apesar dos ganhos consideráveis desde a independência, o Concelho continua carecendo de infraestruturas básicas. Com efeito, a dimensão do Concelho, abrangendo mais de metade da ilha de Santo Antão entra em contraponto com a dispersão geográfica da população e a consequente necessidade de disseminação de infraestruturas.

O reforço do municipalismo em Cabo Verde é ainda uma responsabilidade tanto política como técnica e um imperativo do desenvolvimento económico. (Dr. MANUEL VARELA NEVES).

Palavras-Chaves: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Descentralização, Municipalismo.

ABSTRACT

Traditionally, development has been considered an economic process. However, over the years, this concept has been subject of several reinterpretations and it has incorporated new experiences and adjustments. The predominantly economics-based vision of the world has evolved into a new perspective, which perceives the development as a process in which the human being is both the starting and arrival point.

The concept of development is related to a qualitative and global perspective of inter-related modifications, i.e. in order to be able to speak about development there must be economic progress but also social and cultural improvements, which are a multidimensional phenomenon.

On the day of independence in 1975, Cape Verde was an extremely poor and vulnerable country. It was necessary to construct a State to assure basic conditions for endogenous development process.

In relation to the administrative organization of the territory, before the independence the country was divided in municipalities headed by a central government deputy. After the independence, a new system of norms and principles related to the municipal division, result of an accumulation of new experiences, has been adopted.

As far as municipality of Porto Novo is concerned, in spite of considerable improvements since the time of independence, there is still lack of basic infrastructure. A better distribution of infrastructure is particularly important given the fact that the municipality covers more than half of the Santo Antão Island while the population is highly dispersed geographically.

The strengthening of municipality in Cape Verde is both political and technical responsibility and is essential for economic development.

Key-words: development, local development, decentralization, municipality

LISTA DE SIGLAS

ADEI (Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação)

CMPN (Câmara Municipal do Porto Novo)

CRCV (Constituição da República de Cabo Verde)

FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra)

FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro)

IEFP (Instituto de Emprego e Formação profissional)

IGAE (Inspeção Geral das Atividades Económicas)

INGRH (Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos)

IUP (Imposto Único sobre o Património)

IUR (Imposto Único sobre os Rendimentos)

MAHOT (Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território)

MDR (Ministério do Desenvolvimento Rural)

MPD (Movimento Para a Democracia)

OE (Orçamento do Estado)

OIT (Organização Internacional do Trabalho)

ONG (Organização Não-Governamentais)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde)

PD (Planeamento Detalhado)

PDM (Plano Diretor Municipal)

PIB (Produto Interno Bruto)

PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento)

TIC (Tecnologias de Informação e comunicação)

TSU (Taxa Social Única)

ÍNDICE DE QUADROS

Evolução da População Residente 1960 – 2010.....	34
Repartição da população por sexo.....	34
Distribuição Etária	34

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura da ilha de Santo Antão.....	29
---	-----------

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº1	63
Gráfico nº2	64
Gráfico nº3	65
Gráfico nº4	66
Gráfico nº5	66
Gráfico nº6	67
Gráfico nº7	68
Gráfico nº8	69
Gráfico nº9	70
Gráfico nº10	71
Gráfico nº11	71
Gráfico nº12	72
Gráfico nº12.1	73
Gráfico nº13	74
Gráfico nº14	74
Gráfico nº14.1	75
Gráfico nº15	75
Gráfico nº16	76
Gráfico nº17	76
Gráfico nº18	77
Gráfico nº19	78

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n°1	88
Tabela n°2	89
Tabela n° 3	89
Tabela n°4	90
Tabela n°5	90
Tabela n°6	91
Tabela n°7	91
Tabela n°8	92
Tabela n° 9	92
Tabela n°10	93
Tabela n°11	93
Tabela n°12	94
Tabela n°12.1	95
Tabela n°13	96
Tabela n°14	96
Tabela n°14.1	97
Tabela n°15	97
Tabela n°16	98
Tabela n°17	98
Tabela n°18	99
Tabela n°19	100

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTO	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
ÍNDICE DE QUADROS	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	xi
ÍNDICE	xii
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	5
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	6
1.1. CONCEITO	6
1.2. CONCEITO CLÁSSICO DE DESENVOLVIMENTO	7
1.3. ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO	8
1.3.1. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	8
1.3.2. NECESSIDADES BÁSICAS (<i>BASIC NEEDS</i>)	9
1.3.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
1.3.4. DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO	11
1.3.5. DESENVOLVIMENTO LOCAL OU ENDÓGENO	13
1.3.6. DESENVOLVIMENTO HUMANO	15
CAPÍTULO II – O FENÓMENO DE DESCENTRALIZAÇÃO	18
2.1. CONCEITO	18
2.2. DESCENTRALIZAÇÃO VS. DESCONCENTRAÇÃO	19
2.3. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	20
2.3.1. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE	21
2.4. DESCENTRALIZAÇÃO EM CABO VERDE	22
2.5. DESENVOLVIMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO	23

CAPITULO III- MUNICIPALISMO: O CASO DO PORTO NOVO	25
3.1 CONCEITO	25
3.2 MUNICIPALISMO EM CABO VERDE	26
3.2.1 ATRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS	27
3.2.2 ÓRGÃOS MUNICIPAIS	28
3.3 O SISTEMA DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CABO VERDE	29
3.4 CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DO PORTO NOVO	31
3.4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	31
3.4.2 DADOS HISTÓRICOS	32
3.4.3 DEMOGRAFIA – PORTO NOVO	33
3.4.4 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA	34
3.4.5 INFRAESTRUTURAS	36
3.4.6 MEIO AMBIENTE	36
3.4.7 ORDENAMENTO TERRITORIAL	39
3.5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO NOVO	40
CAPITULO IV – ANALISE DE DADOS	63
Gráfico nº1	63
Gráfico nº2	64
Gráfico nº3	65
Gráfico nº4	66
Gráfico nº5	66
Gráfico nº6	67
Gráfico nº7	68
Gráfico nº8	69
Gráfico nº9	70
Gráfico nº10	71
Gráfico nº11	71
Gráfico nº12	72
Gráfico nº12.1	73

Gráfico nº13	74
Gráfico nº14	74
Gráfico nº14.1	75
Gráfico nº15	75
Gráfico nº16	76
Gráfico nº17	76
Gráfico nº18	77
Gráfico nº19	78
CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA	82
Documentos diversos facultados pela Câmara Municipal de Porto Novo	84
ANEXO QUESTIONÁRIO	85
ANEXO – TABELAS	88
Tabela nº1	88
Tabela nº2.....	89
Tabela nº 3.....	89
Tabela nº4.....	90
Tabela nº5.....	90
Tabela nº6.....	91
Tabela nº7.....	91
Tabela nº8.....	92
Tabela nº 9.....	92
Tabela nº10.....	93
Tabela nº11	93
Tabela nº12.....	94
Tabela nº12.1	95
Tabela nº13.....	96
Tabela nº14.....	96
Tabela nº14.1.....	97
Tabela nº15.....	97
Tabela nº16.....	98

Tabela nº17.....	98
Tabela nº18.....	99
Tabela nº19.....	100

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e o progresso verificados nos últimos trezentos anos, tendo como epicentro a Europa e os benefícios que trouxe à humanidade, quer em termos materiais quer simbólicos, fizeram com que a civilização ocidental servisse de referência para os outros espaços do planeta. Por imposição ocidental, através da colonização, ou por desejo próprio das nações e sociedades periféricas, todas as sociedades passaram a considerar como desiderato final atingir os patamares de desenvolvimento e bem-estar, pessoal e coletivo das sociedades ocidentais. A Revolução Industrial marcou de forma avassaladora a diferença de níveis de desenvolvimento entre as nações ditas centrais (colonizadores) e os espaços periféricos (colonizados).

O século XX foi recheado de acontecimentos que desencadearam investigações no domínio do desenvolvimento. As duas guerras mundiais, o processo de descolonização, a criação de Organizações internacionais, como a Sociedade das Nações e as Nações Unidas e as independências das antigas colónias, determinaram a emergência e a consolidação de pesquisas no domínio do desenvolvimento, versando, designadamente as diferenças de níveis de desenvolvimento entre as nações, as causas da pobreza das nações, etc. Estas pesquisas eram consideradas fundamentais para compreender as causas da pobreza crónica de vários espaços do planeta, para que se pudesse agir sobre as mesmas, para que esses povos pudessem almejar atingir igualmente o patamar de desenvolvimento alcançado pelas nações mais ricas e poderosas.

É neste sentido que nos finais da II Guerra Mundial vários programas de desenvolvimento são levados a cabo, sob a liderança do PNUD. Surge o conceito de cooperação para o desenvolvimento, objetivando uma visão solidária (mesmo que muitas vezes interesseira) para ajudar os povos a incrementar o seu próprio desenvolvimento.

Cabo Verde ascende à independência numa situação de grande vulnerabilidade e pobreza extrema. Era imprescindível a construção de um Estado e criar as condições básicas para o processo endógeno de desenvolvimento. É neste contexto que se inscreve a política externa de Cabo Verde, orientada essencialmente para a captação de recursos para o processo de desenvolvimento do país. A política externa de Cabo Verde na pós-independência foi marcada, por isso, por um realismo e pragmatismo no sentido de

encontrar parceiros para a resolução dos problemas internos, independentemente do espectro político ideológico.

Relativamente à organização administrativa do território, a país estava dividido em municípios à frente dos quais foi colocado um delegado do Governo central. Atendendo à natureza do regime implantado em Cabo Verde, Partido Único, Estado centralizado e decisões concentradas, os municípios não gozavam de qualquer autonomia político-administrativa na tomada de decisões.

Só a partir da abertura política e das eleições multipartidárias ocorridas nos anos 90 é que os municípios ganham uma nova dinâmica de desenvolvimento e a problemática do desenvolvimento local sofre um novo alento. As eleições autárquicas marcam uma nova era na vida municipal em Cabo Verde. As autarquias locais, com um presidente de Câmara eleito democraticamente, auguravam melhores dias já que, em teoria o poder aproximava-se dos cidadãos, ajudando-os na resolução dos seus muitos e graves problemas

O presente trabalho pretende ser uma análise do processo e da dinâmica de desenvolvimento do Concelho do Porto Novo, particularmente nos últimos 40 anos de independência do país. As infraestruturas construídas, as medidas políticas e administrativas implementadas ao nível do concelho, as dinâmicas geradas serão objeto de análise no presente estudo.

O trabalho começa com o enquadramento teórico sobre a problemática do desenvolvimento, discutindo o conceito de desenvolvimento e as suas derivações, bem como os conceitos a ele relacionados, com pertinência para o caso em apreço, como os de desenvolvimento alternativo, comunitário, desenvolvimento local, humano, sustentável e participativo, necessidades básicas. Serão igualmente examinados os conceitos que também se correlacionam com o de desenvolvimento como a descentralização, descentralização administrativa, desconcentração e o princípio da subsidiariedade, tão relevantes na vida das modernas sociedades democráticas. A divisão política e administrativa de Cabo Verde e o processo de evolução, a dinâmica do municipalismo cabo-verdiano, serão também objeto de análise.

De seguida o destaque vai para uma breve resenha sobre dados históricos, geográficos e demográficos do Concelho do Porto Novo, bem como elementos socioeconómicos que implicam no estudo que levamos a cabo.

O tema pretende responder a seguinte pergunta:

Pergunta de partida:

Até que ponto o processo de desenvolvimento do Concelho do Porto Novo se tem processado de acordo com o novo paradigma de desenvolvimento proposto pelas Nações Unidas, configurada no conceito de Desenvolvimento alternativo?

Objetivo geral:

Analisar o processo de desenvolvimento do Concelho do Porto Novo, nas suas diversas vertentes, nas últimas décadas, com base no conceito de desenvolvimento alternativo.

Objetivo específicos:

A) Conhecer as estratégias das entidades públicas, designadamente, a Câmara Municipal do Porto Novo e das diferentes delegações da administração pública para o desenvolvimento local, nas diferentes localidades do Concelho.

B) Compreender o nível de participação dos munícipes nos processos de conceção, formulação, decisão e implementação de programas e projetos de desenvolvimento.

C) Analisar a perceção que os munícipes têm em relação ao seu próprio processo de desenvolvimento.

Hipóteses:

1. Apesar dos discursos oficiais, os projetos ou programas de desenvolvimento, são ainda, no essencial, concebidos nos gabinetes das Câmaras municipais e das delegações dos ministérios e institutos públicos, sem ter em devida conta a participação efetiva dos munícipes nos processos de conceção, formulação e implementação.

2. As próprias populações locais não estão ainda conscientes e preparadas para uma participação ativa nos processos de desenvolvimento que lhes dizem respeito.

3. Existem e persistem constrangimentos vários que condicionam a visão alternativa de desenvolvimento no Concelho do Porto Novo, como a cultura, a questão política eleitoral, a pobreza; entre outros.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, recorreu-se à bibliografia especializada no domínio do desenvolvimento, aos autores passíveis de serem encontrados nas nossas bibliotecas e salas de leitura sedeadas na ilha e que se têm debruçado sobre a problemática do desenvolvimento. Por outro lado, procedeu-se à análise de textos que, pela sua natureza e relevância, contribuem para uma compreensão, a mais aproximada possível, da realidade física, e socioeconómica do Concelho do Porto Novo.

Para indagar o grau de participação dos munícipes do Concelho do Porto Novo nos processos de formulação e implementação das decisões que lhe dizem respeito, por um lado, e avaliar a perceção dos mesmos face a essa mesma participação, foi aplicado um questionário. Foram colhidas informações por meio de um questionário estruturado com perguntas claras e objetivas, composto por perguntas fechadas e abertas. Por uma questão prática, decidiu-se pela aplicação do questionário apenas na cidade do Porto Novo. Relativamente ao inquérito, inquirimos 165 indivíduos, residentes no município do Porto Novo. A cidade do Porto Novo foi a zona escolhida para aplicar o questionário, por ter maior densidade populacional no município uma vez que as outras zonas tem densidade populacional baixa, e as zonas são muito dispersas umas das outras.

Os dados obtidos através do questionário foram tratados, num primeiro momento, no sistema estatístico SPSS, uma análise quantitativa, e num segundo momento, uma análise qualitativa e as conclusões pertinentes.

CAPITULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

1.1. CONCEITO

Desenvolvimento envolve crescimento e prosperidade: é, pois, o processo económico-social de onde resulta a melhoria geral das condições de vida para os membros dessa sociedade ou comunidade humana.

Para SCHUMPETER, “o desenvolvimento é a transformação espontânea e descontínua das estruturas do fluxo, distúrbio de equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio pré-existente.” (SCHUMPETER, 1935).

“O conceito de desenvolvimento em termos genéricos é um conjunto de transformações que sofre um determinado sistema no sentido de tomar uma complexidade crescente nas suas estruturas.

Não é um conceito com conotações positivas ou negativas, é um conceito neutral.”

O desenvolvimento, então, “constitui como que um conjunto de ciclos que quase se fecham sobre si próprio, atuando constantemente as várias partes do sistema umas sobre as outras.” (op. Cit. António Freixo, 1988).

FRANÇOIS PERROUX, um dos economistas que mais se debruçaram sobre o conceito, exprimiu-se assim:

“O desenvolvimento é a combinação das transformações mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer cumulativamente e duradouramente o seu produto real global”.

Assim para este autor, “desenvolvimento pode descrever-se dos dois ângulos seguintes: é, por um lado, transformações das estruturas mentais e dos hábitos sociais de uma população, por outro, transformações observáveis no sistema económico e nos tipos de organização. (PERROUX, 1964).

Mário Murteira (1982), considera o desenvolvimento uma noção qualitativa, complexa, e envolve a explicitação de juízos de valor. “O desenvolvimento é um conceito

normativo que traduz determinada concepção desejável da mudança social ou do processo histórico em dada formação social referenciada no espaço e no tempo”. Refere este autor ainda “três princípios base que se associam correntemente ao conceito de desenvolvimento”, em resumo:

- “A todos os homens e a cada homem sejam oferecidas condições para o pleno aproveitamento das suas capacidades, segundo as suas próprias aspirações”;
- “Não discriminação entre indivíduos, qualquer que seja o sexo, a raça, a classe, a atividade, a região a que pertençam”;
- Autodeterminação ou independência do processo de desenvolvimento nacional em relação a instâncias exteriores ao Estado;

O conceito de desenvolvimento envolve dimensões que transcendem a económica: a liberdade, a justiça, o equilíbrio, a harmonia, são-lhes inerentes, de tal modo que não pode considerar-se desenvolvida uma sociedade, por mais rica em termos médios e materiais, onde a opressão e as desigualdades se instalaram, onde o bem-estar de alguns acontece à custa da pobreza de outros.

1.2 CONCEITO CLÁSSICO DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento, por um lado, era considerado essencialmente como um processo de forte pendor económico, que se avaliava principalmente através de indicadores nacionais de agregados económicos como o produto interno bruto ou produto interno regional, o grau de industrialização, ou através de indicadores sociais como a percentagem da taxa de escolaridade, a percentagem da mortalidade infantil, etc. (STÖHR, W. 1981)

O conceito de desenvolvimento foi evoluindo, incorporando experiências e lições ao longo do processo. No mundo predominava a visão marcadamente economicista, visão essa que tem vindo a evoluir, no sentido de conceber o desenvolvimento tendo o homem como ponto de partida e de chegada. Por isso, este conceito passa a integrar variáveis tão diversas, como a paz e a estabilidade, a boa governança, a educação, a saúde, o acesso ao

conhecimento, congregando princípios de equidade, inclusão e participação, unidade, solidariedade e respeito pela diferença. (Joaquim Alberto Chissano¹).

Este conceito é de cardinal importância, pois é sobre ele que se constrói o edifício da integração, um processo que é ditado pela necessidade e pelo imperativo dos Estados tirarem maior partido das suas complementaridades e melhor se armarem para enfrentar desafios comuns. (Joaquim Alberto Chissano).

1.3 ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO

As abordagens do desenvolvimento alternativo procuram deslocar o olhar do conceito de desenvolvimento. Procuram situá-lo no seio das comunidades, alertar que só se pode desenvolver quem tiver satisfeitas as suas necessidades básicas, sublinhar a importância da participação esclarecida das pessoas nas decisões que afetam a sua vida e fazer ver os perigos do uso descontrolado dos recursos naturais e da rutura com os principais equilíbrios ambientais. (VICTOR REIS, 2010).

Ensaiam novas abordagens do desenvolvimento que acolhem na sua visão utópica o sentido da natureza humana e o direito de todos a uma vida digna, saudável, esclarecida e justa.

É sobre estas abordagens alternativas que se passará a fazer, a seguir, uma descrição sumária, designadamente, sobre os conceitos de desenvolvimento comunitário, necessidades básicas, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, desenvolvimento local e desenvolvimento humano.

1.3.1. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

¹ Joaquim Alberto Chissano – Ex-Presidente da República de Moçambique

Nos anos 60, peritos da ONU que trabalhavam na ajuda ao desenvolvimento, concluíram que o desenvolvimento deveria basear-se nas comunidades, ou melhor, ter as comunidades como sujeitos ativos e participativos nos processos de decisão, e não como meros objetos, ou sujeitos passivos do processo de desenvolvimento. A partir desta experiência a ONU apoia a formulação de um conceito centrado nas comunidades. Este conceito defende que o desenvolvimento deve ter em conta a vida concreta das comunidades, a valorização dos seus recursos e a sua participação.

De acordo com a definição das Nações Unidas “desenvolvimento comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas coletividades, de associarem essas coletividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do país. (SILVA, 1964)

Manuela Silva diz ter sido a verificação empírica das dificuldades com que se debatiam as comunidades e regiões no aproveitamento do progresso geral que revelou o interesse do desenvolvimento comunitário

A identificação das necessidades sentidas da população, o seu envolvimento no próprio desenvolvimento, o aproveitamento máximo dos recursos locais, a colaboração eficaz entre a população e os serviços, o fomento da cooperação e entreajuda e a procura de uma “resposta global para os diferentes aspetos da promoção humana” são os princípios que alicerçam o conceito de desenvolvimento comunitário. (SILVA, 1964).

1.3.2. NECESSIDADES BÁSICAS (*BASIC NEEDS*)

A crise do desenvolvimento centrado na riqueza (*growth centered development*), do centro para as regiões circundantes (*centre-down*), dum crescimento induzido por automatismos a todas as esferas da atividade económica deu lugar a certeza de que não valia a pena discutir o desenvolvimento sem primeiro satisfazer as necessidades básicas da população.

Seers considera uma condição do desenvolvimento a diminuição da pobreza pela satisfação das necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, o calçado e a habitação. Assim, ao Estado competiria adotar estratégias a favor dos mais pobres, nomeadamente, redistributivas. (SEERS,1979)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (1974-77) competiria ao Estado identificar as carências básicas (alimentação, habitação, vestuário, educação e saúde) e adotar estratégias que permitissem dar-lhes satisfação. Este novo conceito porém não é pacífico. “Alguns representantes das economias de mercado industrializadas e delegados de empregadores apoiaram que a OIT estava a empolar a mudança estrutural e a redistribuição como requisitos essenciais para satisfazer as necessidades humanas básicas. Em vez disso, consideram o crescimento económico acelerado como sendo o remédio mais importante. Outros viram nas necessidades básicas a chave para a conceção de um desenvolvimento alternativo (...)”. (FRIEDMAN, 1996).

O seminário de cocoyoc, no México, em 1974, sobre os padrões de utilização dos recursos, Ambiente e estratégias de desenvolvimento, “juntou duas grandes linhas do movimento alternativo: aquela que tinha sustentado que devia ser dada atenção prioritária à satisfação das *necessidades básicas* em alimentação, água e abrigo em detrimento da simples maximização do crescimento; e a que estava preocupada com os *limites externos* dos recursos e do ambiente planetários para sustentar esse crescimento. (FRIEDMAN,1996).

1.3.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável é definido pela Comissão Brundtland das Nações Unidas (1987) como “*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*”. (WCED, 1987²).

² WCED- World Commission on Environment and Development, Oxford University Press

Esta definição apresenta dois conceitos fundamentais: o conceito de *necessidades*, em especial, das necessidades essenciais dos *pobres do mundo* a cuja satisfação se deverá dar prioridade; e o conceito de “*limitações, imposta pelo estado da tecnologia e da organização social, das capacidades ambientais de satisfazer as necessidades presentes e futuras*” (WCED, 1987).

Desenvolvimento sustentável implica a manutenção, uso racional e valorização da base dos recursos naturais que sustenta a recuperação dos ecossistemas e o crescimento económico.

Desenvolvimento ainda implica a incorporação de critérios e considerações ambientais na definição de políticas e de planeamento do desenvolvimento e não representa uma nova forma de condicionalidade na ajuda ou no financiamento para o desenvolvimento.

Acselrad, citando David Pearce, ilustra esta corrente:

“Sustentável é o desenvolvimento que considera a expansão do capital ambiental proporcionalmente ao crescimento populacional. Sustentável é o desenvolvimento que reinveste no meio ambiente para assegurar sua conservação e sua recuperação.”

1.3.4. DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO

Para Korten e Friedman o desenvolvimento deve ter como protagonista o povo e como beneficiários o povo e o ambiente. O desenvolvimento participativo centra-se no *povo* e no seu *ambiente*, em vez de se centrar na produção e nos lucros. Procura *melhorar as condições de vida e existência da maioria excluída à escala global, nacional ou mesmo regional*. (FRIEDMANN, 1996)

Tanto Korten como Friedman centram o conceito de desenvolvimento participativo em torno de eixos comuns: a satisfação das necessidades dos excluídos; a sustentabilidade

ambiental; o desenvolvimento comunitário; e o reforço do poder das unidades domésticas (*empowerment*) como forma de aceder às bases do poder social. (FRIEDMANN,1996)

Face à concentração crescente do poder e riqueza, estes autores defendem a necessidade de aumentar o poder dos que o não têm. O desenvolvimento participativo tem como suporte o aumento do poder daqueles que, segundo Korten, são vítimas da “concentração e abuso de poder e de recursos”. (KORTEN,1992).

O desenvolvimento participativo vê “o desenvolvimento não apenas como uma *melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência*, mas também como uma luta política pelo *empowerment* das unidades domésticas e dos indivíduos”. “Não são os indivíduos mas as unidades domésticas que são pobres e a pobreza pode ser redefinida como um estado de *disempowerment*. A questão do *empowerment* é então discutida em termos do *acesso das unidades domésticas às bases do poder social* e as implicações desta reinterpretação são delineadas para um desenvolvimento alternativo e para o papel do Estado. (FRIEDMANN, 1996).

Há como que uma linha condutora na criação de condições para o protagonismo dos indivíduos e das famílias. Essa linha passa pela participação das pessoas e coletividades nas decisões que condicionam as diferentes dimensões da sua vida, pelo reforço das suas competências o que, por sua vez, conduz ao reforço do seu poder e protagonismo. Trata-se de um desenvolvimento em que as pessoas mais pobres e as comunidades passam a ter o controlo sobre as suas vidas e destino através da educação, da informação, da participação e exercício democrático do poder.

O Estado deve apoiar-se na democracia participada com unidades de governação locais que permitem gerir localmente os próprios problemas. “Apesar da defesa de uma política de unidades de base, um desenvolvimento alternativo necessita de um *Estado forte* que instaure as suas políticas. Um Estado forte, no entanto, não é o que tem uma cúpula pesada e uma burocracia arrogante; é, pelo contrário, *um estado ágil e dialogante, que presta contas ao seu cidadão, um estado que assenta no forte apoio de uma democracia participada, em que os poderes para gerir problemas são mais bem trabalhados localmente, são entregues a unidades de governação locais e ao próprio povo, organizado em comunidades*”. (FRIEDMANN, 1996).

Para Korten o desenvolvimento centrado nas pessoas permite atenuar o poder crescente das multinacionais e recentrar a economia na:

- Satisfação das necessidades do povo local;
- Utilização dos recursos locais, desenvolvimento dos mercados locais e interligação entre economias locais diversificadas;
- Preservação dos recursos do ambiente;

É um desenvolvimento que se apoia nos princípios de justiça, sustentabilidade e inclusão tendo por objetivo colocar a economia ao serviço do povo.

Por justiça entende uma “existência humana decente para todo o povo”; sustentabilidade, o uso dos recursos da terra de modo a assegurarem o bem-estar das futuras gerações; inclusão ou pertença, a oportunidade de cada pessoa dar um contributo reconhecido e respeitado para a família, a comunidade e a sociedade. (KORTEN, 1992).

1.3.5. DESENVOLVIMENTO LOCAL OU ENDÓGENO

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população local.

Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconómico e cultural da localidade.

O desenvolvimento local ou endógeno parte da ideia de que a proximidade e a participação permitem dar as respostas mais adequadas às necessidades, identificar melhor as capacidades e os recursos, avaliar melhor os riscos ambientais. Nesta linha de pensamento a Fundação Internacional para o Desenvolvimento alternativo reconhece que o “espaço local é o que tem mais significado para a abertura criativa dos povos: o desenvolvimento é vivido pelas pessoas onde elas estão, onde vivem, aprendem, trabalham, amam, agem e morrem. (IFDA, 1980³)

Este conceito embora sublinhe a importância da proximidade atribui uma grande importância ao conceito de comunidade como sistema de relações o que esfuma a fronteira com o conceito de desenvolvimento participativo.

Assim pode entender-se desenvolvimento local ou endógeno como o processo de mudança integrado e integrador centrado na satisfação das necessidades locais não satisfeitas e na valorização dos recursos locais e regionais que obedece a lógica participativa, e a uma dinâmica de alastramento a toda a comunidade.

Para Stöhr o “objetivo básico de desenvolvimento *from below* é o desenvolvimento integral dos recursos naturais e aptidões humanas da região, inicialmente, para a satisfação em igual medida das *necessidades básicas de todos os estratos* quer da população nacional quer regional, e subsequentemente para o desenvolvimento de objetivos situados além destes. (STÖHR, 1981)

Para Stöhr, muitos dos *basic needs services* estão organizados territorialmente e manifestam-se muito intensamente ao nível de *grupos de pequena escala e comunidades locais e regionais*.

É um desenvolvimento que obedece a uma lógica participativa. A comunidade primária, geográfica ou organizacional, é o espaço imediato aberto à maior parte das pessoas.

O conceito de desenvolvimento local enfatiza a satisfação das necessidades e valorização dos recursos locais. É um desenvolvimento cuja natureza endógena reflete, não só a sua orientação em primeira linha dos recursos locais. Deve satisfazer as necessidades

³ IFDA- Internacional Foundation for development alternativeis. Dossier nº 17

básicas de todos os estratos sociais (Stöhr) e não obedecer a uma lógica de especialização internacional do trabalho.

O desenvolvimento local é um processo de mudança integrado. Cria dinâmicas de interpenetração e interação do social com o económico e o cultural. A base local e regional do desenvolvimento faz com que a “matriz cultural” seja um importante fator de dinamismo integrado e integrador.

Este processo pressupõe o alastramento a toda a comunidade. O desenvolvimento dos centros urbanos depende sobretudo do desenvolvimento da sua região circundante. “O desenvolvimento de centros e atividades em larga escala serão primeiramente baseados nos inputs e procura definidos pelo espaço local e regional e corresponderão mais as suas necessidades que o inverso.

1.3.6. DESENVOLVIMENTO HUMANO

O conceito de desenvolvimento humano surge em meados de 1990 no “Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano” editado pelo PNUD.

Quando as instituições de Bretton Woods ou o PNUD publicam relatórios sobre o desenvolvimento humano, elas sugerem, pelo menos em teoria, que o homem é a medida de todo o desenvolvimento e que o estrutural deve servir o existencial.

Pela primeira vez, uma definição de “desenvolvimento” considera que a sua finalidade última terá de ser o próprio desenvolvimento da pessoa humana, em todas as suas dimensões, designadamente na mais fundamental: a liberdade de escolher e realizar o seu projeto próprio de desenvolvimento.

Desenvolvimento humano é, na ótica da PNUD, o processo pelo qual se cria um ambiente favorável ao aumento das capacidades e oportunidades das pessoas tanto das gerações presentes como futuras. “O paradigma do desenvolvimento humano sustentável é o dos valores da própria vida humana”. (PNUD, 1994)⁴. Não no sentido em que a vida

⁴ PNUD (1994), Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994, Lisboa, tricontinental, 13

humana vale apenas sua produção material mas pelas diferentes valências da ação humana que implicam a liberdade de escolha. O desenvolvimento humano permite alargar o horizonte das escolhas das pessoas. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento humano é um conceito dinâmico que procura ajustar-se constantemente à mutação das escolhas humanas e às suas condicionantes.

Estas escolhas estão limitadas pela satisfação das necessidades básicas como a garantia de acesso ao conhecimento, a cuidados de saúde e a um padrão de vida decente que permitia o desenvolvimento integral das capacidades das pessoas. Mas estas escolhas dependem também das garantias de liberdade política, social, económica, da não discriminação sob qualquer pretexto, étnico, religioso, sexual ou racial e das oportunidades para a criatividade e produtividade.

Em 1990, o Relatório apresenta as condições básicas para o desenvolvimento humano. Essas condições têm a ver com a existência de condições de saúde que generalizem o acesso à vida biológica longa, com a escolaridade como condição de acesso ao conhecimento e com o rendimento, condição para um padrão de vida digno. À esperança de vida à nascença, ao nível educacional e ao rendimento, o Relatório de 1991 vem acrescentar a necessidade de efetuar dois tipos de ajustamento que permitam uma maior aproximação à noção de equidade. Um ajustamento por sexos e outro por distribuição de rendimento. Os diferentes estatutos do homem e da mulher em diferentes sociedades conferem-lhe diferentes oportunidades de escolha o mesmo acontecendo com a desigual repartição do rendimento por classes sociais, grupos sociais, etc.

Os relatórios de 1992 a 1994 alargam o conceito às dimensões do poder, da sustentabilidade e da segurança.

Assim, a partir da abordagem original que centrava o conceito de desenvolvimento nos valores da vida humana e na criação de condições para o exercício da liberdade humana, o conceito de desenvolvimento humano aprofundou-se para passar incluir as dimensões do poder, da cooperação, da equidade da sustentabilidade e da segurança. (PNUD, 1996)⁵

⁵ PNUD (1996), Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996, Lisboa, trinova, 55 e 56

À dimensão individual acrescenta-se a dimensão social do indivíduo, a necessidade de que todos os indivíduos façam parte de uma comunidade.

É a pertença a comunidades e a sua cooperação, numa teia complexa de valores, culturas, interações que se realiza a integração individual dando sentido à vida humana.

A dimensão da equidade sublinha o direito de todos a uma igual oportunidade de acesso a uma vida longa e saudável, à educação e ao rendimento mas, também, ao aumento das capacidades e das oportunidades. É possível identificar os grupos sociais excluídos e dirigir a ação no sentido de criar condições para o progressivo acesso destes grupos às condições de desenvolvimento humano.

CAPÍTULO II – O FENÓMENO DE DESCENTRALIZAÇÃO

2.1. CONCEITO

Implica o aumento dos poderes das autoridades eleitas para os órgãos das coletividades locais e regionais em detrimento das atribuições das autoridades nacionais, e traduz-se numa transferência efetivas de poderes e competências dos órgãos centrais dos Estados para os órgãos das coletividades territoriais (regiões, distritos, municípios, freguesias).

Sérvulo Correia afirma, “a descentralização significa o reconhecimento pelo Estado do direito das populações que integram os diversos tipos de comunidades locais e regionais de se organizarem em pessoas coletivas públicas de população e território dotadas de órgãos representativos que prosseguem, com autonomia, os interesses próprios dessas comunidades”. (CORREIA, 1982).

Como ensina Jorge Miranda, fala-se de “*descentralização para designar o fenómeno de atribuição de poderes ou funções públicas a entidades infra estatais*”. (MIRANDA 1994).

Jean Rivero e Jean Waline (1992) extraem duas consequências essenciais do princípio da descentralização: por um lado, a distinção entre necessidades de interesses geral da população, ou seja, de interesse do todo populacional, e necessidades específicas de uma dada coletividade, como ponto essencial para a distinção entre atribuições do Estado e atribuições das autarquias locais; por outro lado, a descentralização significará aqui, inevitavelmente, a personificação jurídica das coletividades, dotando-as de autonomia financeira, ou seja, de recursos financeiros suficientes para dar cobertura às despesas decorrentes das suas atribuições, das necessidades específicas daquela população.

A descentralização acontece entre duas pessoas jurídicas (no caso, o Estado e a autarquia local) existindo entre eles uma relação de parceria, cooperação e subsidiariedade, não existindo hierarquia entre o descentralizador e o descentralizado.

Pressupostos da descentralização

- A aceitação, de facto, por parte do Estado, da existência de um poder local autónomo e independente deste;

- A delimitação de uma área de competências e interesses específicos das autarquias;
- A existência de uma gestão autónoma e responsável.

2.2. DESCENTRALIZAÇÃO VS. DESCONCENTRAÇÃO

Vários autores entendem a descentralização de forma muito ampla, advogando uma aproximação estreita entre aquelas duas realidades.

Martinho Nobre de Melo defendeu a descentralização no sentido de “toda a transferência de poderes, atribuições e serviços, de órgãos centrais para órgãos locais, quer se trate de agentes hierárquicos, quer de organismos autárquicos, realizada sob a unidade estadual”. (MELLO, 1994).

A desconcentração, enquanto fórmula possível da organização administrativa respeita ao estatuto organizacional de uma determinada pessoa coletiva pública, seja o Estado, seja qualquer outra entidade pública: “traduz-se simplesmente numa deslocação de competências no âmbito da própria organização administrativa do Estado, dos órgãos centrais para os órgãos periféricos, dos órgãos superiores para os órgãos inferiores. (J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, 1993).

Trata-se, portanto, de um princípio de dinâmica interna e singular, de distribuição de tarefas no seio de uma única entidade pública de forma interorgânica. Ao invés, a descentralização perfila-se como princípio eminentemente relacional e plural. Trata-se, pois, de um processo compreensivo e multinevado, estando em causa a distribuição de tarefas entre entes públicos diversos.

A destrição entre estes fenómenos é, aparentemente, simples: a desconcentração trata da distribuição de competências entre diversos órgãos da mesma pessoa coletiva pública; a descentralização cuida da distribuição de atribuições entre pessoas coletivas públicas diversas - singularidade, por um lado; pluralidade, por outro. (J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, 1993).

Todavia é notório que aos dois princípios presidem diferentes objetivos. A desconcentração obedece a uma lógica de descongestionamento burocrático de competências, procurando conferir à entidade pública cujas competências foram desconcentradas maior eficiência na prestação dos serviços públicos. A descentralização, *máxime* a descentralização territorial, presta tributo à formação espontânea ou orgânica das

entidades que beneficiam dos poderes transferidos, agregações que se formam por força de interesses comuns e distintos mas paralelos aos interesses gerais da comunidade.

2.3. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Pode definir-se como fenómeno de atribuição de poderes públicos a entidades infra estaduais e, em certa medida, como princípio orientador da atuação do Estado na procura de formas eficientes de satisfação das necessidades sociais básicas e de organização do território. É, antes de mais, “um conceito técnico e jurídico relativo à organização do Estado, tendo em vista a repartição de funções entre os níveis central e local” (António Cândido de Oliveira, 2005), um “movimento que se traduz na transferência, feita por lei, de atribuições e competências do Estado (e das regiões autónomas) para as autarquias locais. (António Cândido de Oliveira, 2004).

É um simples processo técnico de descongestionar o estado de uma parte da sua tarefa/função (Caetano, 2001).

As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativas.

“Diz-se que há descentralização administrativa quando uma parte, maior ou menor, da função administrativa é autonomamente realizada, não pelo Estado, através dos seus órgãos administrativos (ou seja, pelo governo e pelos órgãos dele dependentes), mas por outras pessoas coletivas públicas, através dos seus órgãos, mediante o exercício de poderes próprios, ainda que sob o controlo dos órgãos do Estado”. (QUEIRÓ, 1990)

A descentralização administrativa constitui, também, um objetivo fundamental enquanto aposta estratégica no princípio da subsidiariedade. Princípio que, inserido numa dinâmica de modernização do Estado e um modelo de organização administrativa, tende à obtenção de melhores níveis de satisfação das necessidades dos cidadãos, em termos mais eficientes e eficazes e mais conformes com o sentido de autonomia responsável dos regimes democráticos.

2.3.1. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

É um princípio com preocupações humanistas que visa reforçar a autonomia do indivíduo e das comunidades face a intervenções desnecessárias de organismos de nível de poder mais elevado. Muitas vezes as necessidades não são satisfeitas pela simples disponibilização de recursos materiais. Mais do que uma atitude paternalista impõe-se, em determinados casos, uma atitude de delegação, acompanhamento e responsabilização.

De acordo com este princípio, “ *todas as atribuições de um país deverão ser prosseguidas pela entidade mais pequena e mais próxima do indivíduo que consiga eficazmente realizá-las*”. (MARK KIRKBY, 1998).

Ou dito de outro modo, o que pode ser feito pelo cidadão, não deve fazê-lo o município; o que pode fazer o município, não deve sobrar para a região; o que deve ser por ela realizado e não pelo Estado; o que pode ser feito pelo Estado, não deve ser uma organização internacional a fazê-lo.

O princípio da subsidiariedade implica, assim, que as autoridades públicas não devem agir quando essa ação possa ser realizada de forma adequada e eficaz pelos cidadãos.

De acordo com este princípio, qualquer função deve ser gerida e executada ao nível mais baixo das diferentes escalas sociopolíticas a que pode sê-lo, mas, sem perder eficácia. Assim, qualquer processo de distribuição de atribuições terá que ter em conta “ *a eficácia da ação das entidades menores*”, eficácia que representa em si um limite ao princípio da subsidiariedade. (MARK KIRKBY, 1998).

Para Fernanda Paula Oliveira, “*Trata-se de um princípio que é colorário dos princípios da descentralização e da desconcentração administrativa, da desburocratização, da aproximação dos serviços às populações, mas sem esquecer a necessária eficácia da ação...*”. (OLIVEIRA, 2001).

A razão deste princípio, no entanto, não se fica apenas pela maior eficácia ou eficiência que assim se alcança, ou se procura alcançar, embora essa particularidade seja, de facto, muito importante. Para José Manuel Moreira:

“A principal razão é que a atuação meramente subsidiária respeita mais a dignidade da pessoa humana do que o intervencionismo, já que este trata as pessoas (e as suas associações voluntárias) como seres incapazes de definir os seus próprios fins vitais”. (MORREIRA, 2002).

2.4. DESCENTRALIZAÇÃO EM CABO VERDE

A Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), o art.º 2º n.º2 reconhece a existência e autonomia do poder local e a descentralização.

A descentralização foi iniciada em 1991 para acompanhar o processo de democratização do país. A descentralização e instituição do poder local em Cabo Verde têm sido um processo em dinâmica crescente e contínuo, com afirmação efetiva a partir de 1991.

Num país arquipelágico, por menor que seja, dificilmente se justificará outra opção geral de administração pública que não seja a descentralizadora. (VEIGA, 2007).

Segundo FERREIRA (2010), Cabo verde quer no regime de partido único, quer no pluripartidário, nas suas respetivas Constituições e outros instrumentos legais, aponta-se a descentralização como estratégias para o desenvolvimento do país e para a resolução dos problemas sociais.

Em Cabo Verde a descentralização vem sendo uma construção coletiva, funcionando como o principal promotor e dinamizador do desenvolvimento local, pelo que constitui um fator determinante de desenvolvimento do país.

Sendo evidentes os ganhos em todos os planos e, por isso irreversível, tanto a nível de descentralização democrática (repartição do poder territorial, eleição dos órgãos representativos e retribuição de funções, atribuições e competências segundo o princípio de subsidiariedade), com a nível de emergência de uma sociedade civil forte e empreendedora.

Desde a data da abertura política, que esforços persistentes têm sido desenvolvidos no sentido de dotar Cabo Verde de um poder local autêntico, capaz de:

- Liderar o processo de desenvolvimento local;

- Criar condições que garantam a melhoria das condições de vida das populações;
- Desde então, vários diplomas legais foram criados para a consolidação do poder local Cabo-verdiano, definindo as atribuições e competências dos municípios em áreas como:
 - As finanças locais;
 - O ordenamento do território e o planeamento urbanístico;
 - A habitação;
 - O desenvolvimento turístico;
 - O ambiente, etc.

O Município pode transferir para as fundações, associações de carácter económico, social, cultural ou desportivo ou sociedades a prossecução de atribuições que lhe são próprias, sempre que se mostrar necessário para melhorar a eficácia e eficiência dos serviços públicos, salvo disposição legal expressa em contrário, reservando-se o direito de fiscalização e controlo. (art.º 9º do Estatuto Dos Municípios).

Pode-se afirmar que a descentralização constitui, em Cabo Verde, uma conquista importante, consensualmente assumida pelos poderes políticos, pelas autarquias e pelas populações como fator principal de desenvolvimento local. Em suma, a ideia de descentralização está, hoje em dia, profundamente enraizada na sociedade Cabo-verdiana.

2.5. DESENVOLVIMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO

O desenvolvimento inclui necessariamente a consideração do parâmetro espaço, associando o planeamento económico ao ordenamento físico do território. A racionalidade do processo exige unicidade de orientações, o que pode entrar em conflito com os pressupostos da descentralização.

Trata-se então de encontrar os termos de uma ligação necessária e coerente entre as exigências do desenvolvimento económico e o imperativo da descentralização. É

inaceitável a existência de objetivos de desenvolvimento que, quer na sua elaboração, quer na sua implementação, não tenham em conta as razões de descentralização.

A eficiência e a racionalidade económica terão de ser meios ao serviço de um desenvolvimento baseado no aprofundamento da própria democracia política. Por isso, o novo “desenvolvimento” que F.PERROUX defende supõe que o progresso económico e social decorre de decisões descentralizadas de cada comunidade, e de cada região, sobre o seu próprio futuro. (PERROUX,1981).

A conciliação necessária e desejável entre o desenvolvimento e descentralização implica, portanto, que o princípio da autonomia das autarquias se traduza num processo de intervenção no quadro do planeamento num regime de democracia descentralizada supõe justamente a própria regionalização de plano.

A descentralização do planeamento, ou a regionalização de plano, significa aceitar desenvolver de forma equilibrada e coerente todo o espaço nacional, mas tendo em conta os recursos e as potencialidades das diferentes regiões, aceitando-se por isso estratégias e medidas diversificadas, embora subordinadas a objetivos nacionais. A existência de uma política de desenvolvimento nacional regionalizada, traduzir-se-á então na própria existência de planos regionais que não poderão, evidentemente, deixar de subordinar às metas fixadas no plano nacional e às orientações do plano de ordenamento físico do território.

Alexandre HERCULANO defendia que a “descentralização é a condição impreterível da administração do país para o país” na procura da democracia, enquanto regime que garante ao máximo os direitos de todos os indivíduos. (HERCULANO 1858).

CAPITULO III- MUNICIPALISMO: O CASO DO PORTO NOVO

3.1 CONCEITO

A ideia de municipalismo também pode ser entendida no sentido de movimento de reivindicação de direitos municipais (NOGUEIRA, 1962), orientado a plasmar, na prática, o desenho político institucional já descrito. Hebbert (2007), por exemplo, associa o municipalismo com o movimento municipalista e coloca seu início em princípios do século XX. Segundo o autor, o municipalismo como conceito reflete uma reação contra a crescente centralização econômica, cultural e social dos nacionalismos do Estado moderno.

A municipalização é uma forma de descentralização administrativa das políticas e dos mecanismos de intervenção pública para o plano municipal, com transferência efetiva da capacidade decisória para o município como espaço de poder local.

As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesse próprios das populações respetivas. (art.º 1º, capítulo I, Legislação Autárquica-I)

Herculano deixa transparecer uma visão de município enquanto organismo administrativo que se autorregula, mantendo uma autonomia apreciável face ao poder central.

Em geral, o termo municipal consiste no território ocupado por várias aldeias, que mantém um certo nível de autonomia, ligadas a uma vila central.

Herculano descreve o concelho como «uma pessoa moral, cujos membros ligava o nexo de direitos e deveres comuns».

NOGUEIRA (1962), afirma que o termo municipalismo tem sido usado de três formas diversas:

1. Para designar um sistema de administração pública em que se concede o máximo de autonomia, compatível com a unidade nacional, aos Municípios, para a solução de problemas locais, reconhecendo-lhes a competência

para levantar, nas respetivas jurisdições, os recursos a serem aí aplicados, definição esta que se aplica a uma atuação idealizada a qualquer caso concreto concebido;

2. Para indicar um movimento em prol da descentralização da administração pública, em benefício dos Municípios, o que pressupõe um estado de coisas discrepantes da situação idealizada a qual se refere a aceção anterior;

3. No sentido da história da distribuição de atribuições ou competência entre o Estado nacional, suas divisões administrativa imediatas e os municípios;

As autarquias locais são entes administrativos, pessoas coletivas de direito público distinto do Estado e delimitadas territorialmente dentro do âmbito deste, que tem por finalidade essencial a prossecução de interesses específicos das populações, inseridas na área geográfica. (art.º 235º, n.º 2 da CRP)

3.2 MUNICIPALISMO EM CABO VERDE

A Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), no seu art.º 230º, n.º 1 diz que a organização do Estado compreende a existência de autarquias locais, e no art.º n.º 2 diz que as autarquias locais são pessoas coletivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos das respetivas populações, que prosseguem os interesses próprios destas.

A Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), o art.º 231º estabelece ainda que a categoria de Autarquias Locais são os Municípios, podendo a lei estabelecer outras categorias autárquicas de grau superior ou inferior ao município, designadamente regiões (ao nível superior) e freguesias (a nível inframunicipal).

A legislação colonial sobre a administração municipal, seguindo a tradição portuguesa prevalecente até à aprovação da Constituição da República de 1976, não se referia ao termo “município”.

Já nos meados da década de 80, a legislação, ainda que timidamente, começou a referir-se a “municípios”, o que indiciava uma vontade ainda que tímida para a implantação do municipalismo, com as limitações inerentes a um regime de partido único.

O poder local não esteve indiferente ao processo de abertura política feita voluntariamente pelo PAICV, em 1990, que não pensou na possibilidade de sofrer uma derrota nas primeiras eleições marcadas e realizadas em Janeiro de 1991. As primeiras eleições autárquicas foram ganhas pelo MPD, iniciando-se plenamente um novo período na história da administração municipal cabo-verdiana, ou seja, o de implantação do Poder Local Democrático.

Em vez do Conselho Municipal e Presidente do Conselho Municipal passaram a existir a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, recuperando assim as denominações das instituições municipais coloniais.

A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal passaram a ser eleitas por sufrágio universal, livre, igual, direto e secreto, sendo eleito Presidente da Câmara Municipal o candidato que encabeçar a lista vitoriosa para a Câmara Municipal.

Adotou-se o sistema de governo local vigente em Portugal que, no entender do Professor Freitas do Amaral, não é nem sistema de tipo convencional, nem de tipo parlamentar, nem de tipo presidencialista.

O País encontra-se dividido em 22 municípios, dos quais 9 na ilha de Santiago, 3 em Santo Antão, 3 no Fogo, 2 em S. Nicolau e 1 em cada uma das outras ilhas (S. Vicente, Sal, Boa Vista, Maio e Brava).

3.2.1 ATRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS

Vê-se que, pela lei cabo-verdiana, os Municípios estão divididos em Freguesias sendo que a sua criação e área territorial são estabelecidas pela Assembleia Nacional conforme impera a Lei nº 134/IV/95, de 3 de Junho. Pelo mesmo dispositivo, os Municípios são dotados de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, normativa, organizativa e ainda, os Órgãos Eleitos decidem com independência no âmbito das suas competências podendo descentralizar o seu processo decisório para fundações, associações ou outras organizações locais para busca de melhor eficiência e eficácia na execução das suas atribuições.

Os Municípios encarnam interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas sempre que não pertençam à Administração Central. De sublinhar que o Estado Cabo-Verdiano é unitário, indivisível, definido, delimitado e coordenado por Lei com duas Administrações bem distintas: a Central e a Local.

Os interesses próprios, comuns e específicos das populações são interpretados pelas seguintes atribuições de cada município: (1) Administração de bens; (2) Planeamento; (3) Saneamento Básico; (4) Desenvolvimento Rural; (5) Saúde; (6) Desporto; (7) Turismo; (8) Ambiente; (9) Comércio Interno; (10) Proteção Civil; (11) Emprego e Formação Profissional; (12) Polícia; (13) Investimentos Municipais.

São na ordem de treze os quadros da intervenção municipal, todos definidos em Lei que estabelecem objetivos, classificam processos, ordenam metas, integram expectativas, fixam e decidem sobre resultados a atingir tudo sob estrita coordenação a controle de Órgãos constitucionalmente estabelecidos.

3.2.2 ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Segundo o art.º 45º da Legislação Municipal Cabo-verdiana 2010, os órgãos representativos do Município são a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, eleitos por um período de quatro anos.

Assembleia Municipal – Órgão deliberativo, constituído por membros eleitos por sufrágio universal, direto, livre, igual e secreto, dependendo o número de membros do volume de população concernente, de 21 (superior a 30.000 almas), 17 (compreendida entre 10.000 e 30.000) e 13 (população inferior a 10.000 habitantes).

A Mesa da Assembleia Municipal é constituída por um Presidente, um vice-presidente e um secretário. A eleição da Mesa é pelo período do mandato, por escrutínio secreto e por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções.

Câmara Municipal – Órgão executivo colegial, constituído por um Presidente e Vereadores. O número de membros da Câmara Municipal, incluindo o Presidente, é de 9 (nove), 7 (sete) e 5 (cinco) conforme o Município tem mais de 30 mil pessoas, entre 10 mil e 30 mil e menos de 10 mil, respetivamente.

Presidente da Câmara Municipal – É o Órgão executivo singular do Município. Tem precedência sobre todos os funcionários públicos e representa o Município em juízo e fora dele. O Presidente da Câmara Municipal exerce as funções administrativas de planeamento, organização, direção, coordenação e controle das atividades do Município nessas tarefas, é diretamente coadjuvado pelos vereadores em áreas específicas de intervenção.

3.3 O SISTEMA DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CABO VERDE

Segundo Alcídio J. G. Tavares, a problemática de “Financiamento do Desenvolvimento local” é uma questão muito antiga na história do municipalismo e da construção do Poder local Cabo-verdiano.

Alcídio Tavares⁶ destaca três medidas que considera mais importantes para possibilitar o reforço de meios de desenvolvimento local:

- Aquisição e/ou transferência para o património dos municípios de bens e infraestruturas indispensáveis à realização dos seus fins ou geradoras de receitas;
- Institucionalização de nova tabela de taxas e licenças municipais;
- Atribuição de subsídios não consignados para os orçamentos municipais;

Segundo Atelano Fonseca⁷, o Financiamento do Desenvolvimento Local está condicionado pelos seguintes fatores:

⁶ Alcídio José Gonçalves tavares- Deputado do PAICV pelo círculo eleitoral do Paul

⁷ Atelano João de Henrique Dias da Fonseca, PAICV-Vice-Presidente

4. Os recursos financeiros transferidos aos municípios, seja através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) seja através dos Impostos Municipalizados, seja através dos contratos-programa, estão muito aquém das expectativas dos responsáveis municipais e dos munícipes e representam uma percentagem ínfima do Produto Interno Bruto (PIB) e do próprio OE;

5. Existências de elevadas dívidas que assumem a forma de documentos em cofre e que resultam de compromissos assumidos pelo governo anterior e que até à presente data não foram totalmente regularizadas;

6. Necessidade urgente de uma compensação de contas entre os municípios e o Governo, tornando-se como base desse ajustamento o montante das dívidas dos municípios para com o Governo (IUR, TSU, etc.) e as dívidas do tesouro para com os municípios resultantes das não transferências da totalidade dos fundos provenientes do FEF, do Imposto do turismo, da Taxa Ecológica, da Taxa Aeroportuária e do Imposto do Turismo;

7. Existência de casos de Câmaras Municipais que assumem o compromisso de executar alguns projetos municipais sem a competente cobertura orçamental, nomeadamente nos períodos pré-eleitorais;

8. Previsão irrealista de cobrança de determinadas receitas com implicação negativa na execução do Orçamento de despesa do défice orçamental municipal e na acumulação de dívidas municipais;

9. Mobilização de avultados recursos extraorçamentais internas e externas que não são devidamente contabilizados e acabam por distorcer os valores reais dos recursos postos à disposição dos municípios;

Falta de capacidade de atualização dos valores dos prédios constantes nos cadastros prediais quando eles existem) com evidente perda de recursos provenientes do IUP.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DO PORTO NOVO

Figura da ilha de Santo Antão



Fonte: Mapa da Camara Municipal do Porto Novo

3.4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Município do Porto Novo fica situado no sul da ilha de Santo Antão, é o maior da ilha com uma área de 557,29 quilómetros quadrados, 67,1% da superfície total da Ilha dividido em duas freguesias: São João Baptista com sede na Cidade do Porto Novo (outrora a sede era em Ribeira das Patas) a mais extensa e árida freguesia da Ilha, com uma área de 439,61 quilómetros quadrados e Santo André, a segunda em extensão, apresenta uma área de 118,38 quilómetros quadrados.

A sede do Município – Cidade do Porto Novo fica no sudoeste da Ilha na longitude 25° 22′ 30′ W. Gr. e latitude 17° 1′ Norte.

3.4.2 DADOS HISTÓRICOS

Em Maio de 1732, com a chegada do ouvidor Dr. José da Costa Ribeiro, mandado pelo Rei para fazer o primeiro termo de vereação da Cidade da Ribeira Grande, para pronta eleição de vereadores da Câmara e a 7 de Maio do mesmo ano, cria-se a Cidade da Ribeira Grande e o Concelho da Ilha de Santo Antão, tendo a Cidade substituída a Povoação de Santa Cruz.

Em 1867, a Ilha é desdobrada em dois Concelhos, com o aparecimento do Concelho do Paul.

Levando em consideração a proximidade entre os Concelhos acima referido, em relação a extensão da Ilha, nota-se a necessidade de incidir sobre os Carvoeiros, atual Porto Novo. Suprime-se em 1895 o Concelho do Paul, o qual só veio a ser restaurado em 1917, por Portaria n.º 327 de 11 de Outubro, mas como Concelho irregular, ou melhor, como uma Junta Administrativa, tendo sido nomeado o seu primeiro chefe administrativo o advogado Fernando Wahnnon. Por Decreto de 19 de Abril de 1912 é criado pela primeira vez o Concelho do Porto Novo, que não entrou a funcionar, possivelmente, por falta de verba ou por outras razões, nomeadamente de ordem política, até que em 1962 passa a ser uma realidade depois de ter passado por um Posto Administrativo em 1942.

Com a colocação de um novo administrador em Santo Antão e dadas às longas distâncias que separavam Porto Novo e Ribeira Grande, e com o alargamento do povoamento, este último foi dividido em duas zonas administrativas, com a colocação de dois cabos Chefes. A Freguesia de São João Baptista com sede em Ribeira das Patas e a Freguesia de Santo André com Sede em Ribeira da Cruz (1811 á 1814). Nesta data, e como o poder económico da ilha localizava-se no Paul, a sede da Ilha foi transferida de Ponta do Sol para o Paul, donde foi criada a nova Sede da Ilha, ou melhor, o Concelho de Santo Antão. A dita transferência desencadeou um conflito entre Paul e Ribeira Grande, conhecido pela guerra de pau de café, que provocou a queda do poder administrativo o que fez com que Porto Novo passasse a ser a Sede de Ilha de Santo Antão, com sede em Ribeira das Patas, durante um período de 3 anos - 1814 á 1817.

Com esse acontecimento, Porto Novo conheceu uma nova dinâmica administrativa e económica e surgiram os primeiros fluxos de interpostos comerciais (contrabando), bem como as primeiras prospeções de criação de gados e pesca artesanal nas encostas planas e arredores (hoje Cidade do Porto Novo).

O Povoamento do Porto Novo foi relativamente tardio (meados de 1750), devido à escassez de recursos naturais (água) e à dispersão geográfica. Os primeiros povoamentos localizaram-se nas zonas de Alto Mira, Ribeira da Cruz, Martiene e Tarrafal de Monte Trigo, devido à existência de algumas potencialidades agrícolas. Nesta altura, cada uma das zonas referidas pertencia um proprietário/Senhorio, oriundos da Ribeira Grande, que normalmente faziam parte das autoridades da Ilha. Com a exploração agrícola os proprietários/donos das zonas, provocaram a mobilidade social de camponeses das diferentes regiões de Ribeira Grande, para trabalharem as terras e assim iniciaram o processo de povoamento no Porto Novo. Mesmo assim, o poder administrativo e religioso dependia da Ribeira Grande (Ponta do Sol) e as pessoas eram obrigadas a percorrer longas caminhadas, para resolver as questões relacionadas com casamento, registos, justiça etc.

O clima do Concelho do Porto Novo é quente e seco com predominância de ventos fortes e áridos do Nordeste. A temperatura média anual é de 23.5°C com pequenas oscilações entre o dia e a noite, ao longo do ano. O concelho sofre de secas prolongadas, devido a grande influência, do “harmatão”, a que o país está sujeito. Devido à seca, as paisagens são áridas, e de uma forma geral, pouco favoráveis à prática de agricultura.

3.4.3 DEMOGRAFIA – PORTO NOVO

A Cidade do Porto Novo é praticamente o único lugar em toda a ilha de Santo Antão que apresenta um crescimento significativo da população ao longo dos últimos anos. O seu crescimento foi tardio (meados de 1750, devido a escassez de recursos naturais e à dispersidade geográfica), em valores relativos, do conjunto de Cabo Verde durante o mesmo período.

A emigração da população do interior do concelho para o principal centro urbano é quase que proporcional à emigração para fora da ilha.

A população total do concelho é de 17993 segundo dado estatístico de 2000 (3,7% da população de Cabo Verde), distribuída por 30 zonas dispersas, constituindo a Cidade do Porto Novo, o maior Centro populacional do Concelho e da ilha com 9.430 habitantes, com uma densidade de 27 pessoas/Km².

O Município conta com duas Freguesias, sendo São João Baptista e Santo André.

Evolução da População Residente 1960 – 2010

Ano	1960	1970	1980	1990	2000	2010
População	10.683	13.593	13.236	14.873	17.179	17.993

Fonte: Censo de 2010

Repartição da população por sexo

	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
População	9.410	8.583	17.993

Fonte: Censo de 2010

Distribuição Etária

Concelho	0 - 14 Anos	15 - 34 Anos	35 - 64 Anos	+ -65 Anos	% de Homens	% de Mulheres
Porto Novo	45,5	32,9	16,4	5,4	52,3	47,7

Fonte: Censo de 2010

3.4.4 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

Em relação às principais atividades económicas dar-se-á ênfase às atividades do sector primário, agricultura, a pecuária e a pesca por constituírem atividades importantes para o grupo alvo. No concernente às atividades agrícolas, quer de regadio quer de sequeiro e em virtude das condições adversas do meio ambiente, estas apresentam geralmente uma produtividade baixa se comparar com aquela a nível da ilha.

Apesar das difíceis condições naturais, a pecuária constitui, no entanto, uma das poucas potencialidades do Concelho, particularmente nas localidades do planalto Norte, Sul, Lagoa e zonas periféricas da Cidade do Porto Novo.

No que concerne à pesca, e apesar da existência de algum potencial, a falta de tecnologias apropriadas à captura do pescado constitui um dos fatores que limita o aproveitamento deste recurso. A pesca é quase toda artesanal, com técnicas rudimentares, excetuando alguns casos em que melhorias consideráveis foram introduzidas com a aquisição de barcos de pesca mais modernos e equipadas com redes de cerco.

Apesar dos dados sobre o sector da construção não se encontrarem sistematizados, com base no ritmo da construção de habitação própria e outras infraestruturas na Cidade do Porto Novo e mesmo em alguns centros do meio rural, pode-se afirmar que este sector desempenha um papel importante na vida económica do Concelho. A problemática das FAIMO, no concernente à infraestruturação pública tem constituído uma série de obstáculo ao desenvolvimento deste sector devido a uma planificação e acompanhamento deficiente das frentes de trabalho levando a que as mesmas tenham uma produtividade extremamente baixa.

O Comércio, por sua vez, representa um sector de grande importância para o Concelho, abrangendo o sector público, privado, cooperativo e informal. O comércio oficializado enfrenta atualmente várias dificuldades, nomeadamente a baixa rotação de *stocks*, o fraco poder de compra da população, na sua maioria carente, a alta de concorrência do mercado paralelo, preços mais elevados que a média nacional, fraca disponibilidade financeira dos importadores, inexistência de controlo de qualidade, ineficiência no abastecimento de géneros alimentícios em poucas variedades.

Ao caracterizar o Concelho, devem ser realçados os grandes constrangimentos, nomeadamente a aridez, a grande dispersidade das localidades, as fracas potencialidades para a agricultura e outras atividades geradores de rendimento. Deve ser considerado igualmente o perfil de pobreza do município, assim como a sua abrangência nas zonas correspondentes nas bolsas de pobreza.

Porto Novo é o Concelho mais afetado pela pobreza a nível da Ilha de Santo Antão e um dos mais pobres a nível nacional, em virtude das adversidades apontadas, resultando

numa alta taxa de desemprego. Esta atinge valores superiores as médias nacionais (62%), com especial destaque para a camada feminina, sobretudo no meio rural.

3.4.5 INFRAESTRUTURAS

Em termos de infraestruturas o Concelho do Porto Novo dispõe de um Centro de Saúde com trinta e duas camas, cobrindo uma área de 558 km² com uma população de 17993 habitantes, três Postos de Saúde, catorze Unidades Sanitárias de Base, duas Farmácias e um Posto de Venda de Medicamentos.

Na área de Educação, existe uma Escola Técnica, um Internato para oitenta alunos, salas de aulas em todas as localidades do Concelho.

A Cidade do Porto Novo dispõe de uma rede de abastecimento de água, rede de esgoto, rede de distribuição de energia elétrica que contempla ainda as zonas de Casa-de-Meio, Lajedos, Ribeira das Patas, Alto Mira, Jorge Luís, Ribeira da Cruz e Martiene. Outras localidades como Lombo de Figueiras, Ribeirão Fundo, Lagoa, Ribeira Fria, Ribeira dos Bodes, Ponte Sul/Chã de Mato, Tarrafal de Monte Trigo e Monte Trigo dispõem de energia elétrica.

A Cidade do Porto Novo e as localidades de Lajedos, Ribeira das Patas, Alto Mira, Jorge Luís, Ribeira da Cruz, Martiene, Tarrafal de Monte Trigo têm telefones domiciliários. Os restantes Povoados dispõem de telefones públicos rurais.

O Concelho dispõe ainda de um Cais Acostável, Serviços Aduaneiros, depósitos de combustíveis, um Hotel de quatro estrelas, vários Residenciais e vários Restaurantes.

3.4.6 MEIO AMBIENTE

A problemática ambiental é um fenómeno universal que diretamente afeta todos os continentes, países, regiões e habitantes de toda o planeta.

Atividade humana e a própria sobrevivência do ser vivo são os principais fatores de degradação ambiental por notória inexistência de estratégias coerentes de uma relação equilibrada na exploração desse ambiente.

Em todas as dimensões da análise humana, que sejam educação, agricultura, conservação de solos e água, quer sejam da florestação, da pecuária, da administração local, recursos hídricos, empresa, etc.. A problemática do ambiente é efetiva e ela tem de ser encarada como tal para a busca constante de equilíbrio estável sem o qual não será possível a existência humana.

O Homem, para sobreviver terá que respirar ar puro, consumir produtos biologicamente assimiláveis pelo organismo nas suas trocas energéticas vitais.

A natureza geológica e o acidentado do Concelho do Porto Novo geram fenómenos com impactos ambientais que concorrem particularmente para os seguintes efeitos:

- Aceleração do fenómeno da erosão;
- Pavimento dos terrenos
- Aceleração do escoamento das águas pluviais
- Obstáculos aos processos de recarga dos aquíferos
- Limites a exploração económica, nomeadamente a prática de agricultura e pecuária

A seca é um fenómeno com maior repercussão no Concelho, em termos ecológicos e socioeconómico. Ela traz consequências a diversos níveis, quais sejam:

- Agravamento da pobreza nas zonas rurais com incidência direta em termos de pressão sobre os escassos recursos naturais;
- Degradação da cobertura vegetal com impacto direto no fenómeno da erosão dos solos;
- Diminuição da fertilidade dos solos com consequência do défice de matérias orgânicas;
- Diminuição da capacidade de retenção dos solos e consequentemente do aumento da erosão hídrica;
- Fraca capacidade de reprodução de vegetação natural;

- Fraca recarga dos aquíferos com consequências diretas nas disponibilidades hídricas para o suprimento de necessidades do concelho do Porto Novo.

Restrições ligadas ao uso dos recursos hídricos - O uso doméstico da água constitui uma restrição para muitas localidades do Concelho pelo impacto nas condições higiénica sanitária das populações e, conseqüentemente, dos ambientais.

Persistem restrições que se prendem essencialmente com o abastecimento de água potável às zonas altas do concelho.

Há, igualmente, restrições de ordem qualitativa, resistindo-se casos, no concelho, de salinidade elevada que ultrapassam normas padronizadas para a saúde pública.

As áreas irrigadas são as que mais se encontram protegidas da erosão hídrica através do terraseamento e infraestruturas de irrigação, trabalho centenário realizado por muitas gerações.

Essas mesmas áreas constituem espaços caracterizados por uma acentuada biodiversidade e de uma amenidade climática que frequentemente contrastam com o meio circundante de clima marcadamente semiárido ou árido.

A Degradação do solo - Dos fatores provocados pela ação do homem:

- Cultivo em áreas tipograficamente inadequadas, nomeadamente com culturas sachadas que provocam de uma maneira acelerada o fenómeno da erosão hídrica e eólica.
- Prática da monocultura da cana sacarina no regadio e do milho no sequeiro contribuindo para uma acentuada diminuição da fertilidade dos solos
- Abandono por parte dos produtores de medidas de proteção da erosão e de fertilização orgânica nas áreas de sequeiros pela aleatoriedade da produção como consequência da seca.
- Falta de uma lei de utilização dos solos de acordo as suas vocações e reais potencialidades.

Extração de inertes - A extração da areia nas poucas praias existentes para utilização como inertes na construção civil, para além de facilitar a erosão da orla marítima, diminui o espaço de reprodução das tartarugas marinhas, provoca a entrosão marinha e a salinização dos aquíferos costeiros, podendo também afetar as poucas possibilidades de atividades

balneares, com efeitos no potencial turístico do concelho. Por outro lado, a exploração de areia ao longo das principais ribeiras, apesar de aparentemente pelas suas dimensões não constituir, de momento, grandes problemas, torna-se necessário o seu acompanhamento para prevenir possíveis impactos ambientais no médio e longo prazo.

A Pesca - Segundo as disponibilidades de dados, os recursos haliêuticos do concelho estão ainda longe de serem considerados sobre-explorados. Contudo, a utilização de dinamites por parte de pequenos operadores de pesca artesanal poderá constituir uma séria ameaça ao ambiente marinho, afetando as possibilidades de sobrevivência de espécies sedentárias e consequentemente as condições socioeconómicas das populações.

3.4.7 ORDENAMENTO TERRITORIAL

Meio urbano - A Cidade do Porto Novo, o principal centro urbano do concelho se desenvolveu ao longo de um eixo viário que se desenvolve paralelo á linha da costa. Os limites naturais formados por duas Ribeiras – do Desembarcadouro e da Corujinha - que foram superados por meio da existência de pontos que facilitam a comunicação, mas continuam a ser um dos grandes condicionamentos para o desenvolvimento urbano.

A atividade da Cidade desenvolve-se, fundamentalmente, em torno do eixo viário principal, na sua maior parte relacionado com à existência do Porto. Esta concentração de uso gera certos desequilíbrios territoriais no interior da Cidade. O facto de ser esta via o único acesso ao porto acarreta um intenso tráfego na mesma, sendo, além disso, o único ponto onde se podem superar os acidentes naturais das ribeiras.

O crescimento da vida foi por essas razões muito extensas, deixando amplas zonas sem edificar ou com escassas construções. Os vários planos tentaram remediar esta situação ordenando estas áreas, mas é necessária uma visão de conjunto para dotar a Cidade de uma estrutura de que carece no momento o crescimento disperso que se produziu em Porto Novo.

3.5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO NOVO

Com vista a implementação do modelo territorial adotado há que levar-se a cabo um conjunto de iniciativas, no domínio da construção de infraestruturas, obras de urbanização, promoção e gestão do planeamento detalhado e de outras ações de fomento.

Neste âmbito, passa-se a elencar o conjunto de iniciativas que deve-se realizar no intuito de atingir-se o modelo territorial proposto, abarcando os vários domínios tratados pelo Plano, constituindo-se este, por conseguinte, na estratégia de desenvolvimento do PDM do município do Porto Novo.

1. Contexto Territorial

- ✓ Potenciar uma maior cooperação institucional, económica e social com os municípios vizinhos e com a ilha de São Vicente de modo a reforçar a centralidade geográfica e funcional do concelho do Porto Novo.

2. Território e Ambiente

2.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Elaborar o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica de Ribeira das Patas;
- ✓ Elaborar o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica de Ribeira dos Bodes;
- ✓ Elaborar os Planos de Gestão das bacias hidrográficas de Martiene e de Jorge Luís/Ribeira da Cruz;
- ✓ Elaborar, aprovar e implementar os Planos de Ordenamento das áreas protegidas do município;
- ✓ Elaborar o Plano de ação e adaptação às mudanças climáticas do município.

2.2. Execução de Infraestruturas

- ✓ Criar infraestruturas para retenção e infiltração de águas de escorrência superficial em todo o município;

- ✓ Desviar as águas da ribeira de Escuraletes de modo a desimpedir o espaço destinado ao festival;
- ✓ Mitigar a ação dos riscos geológicos presentes no município (movimentos de massa em vertentes e taludes) com recurso à reflorestação e à construção de estruturas hidráulicas, (muros, socacos);
- ✓ Construir dispositivos de captação das águas superficiais.

2.3. Outras Ações

- ✓ Implementar o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica de Alto Mira;
- ✓ Estimular o aproveitamento do potencial hídrico de Ribeira Fria para a produção de água engarrafada;
- ✓ Melhorar a cobertura vegetal do território de modo a aumentar a retenção e infiltração da água no solo;
- ✓ Promover o desenvolvimento de uma floresta urbana na cidade;
- ✓ Desassorear as ribeiras do município;
- ✓ Preservar e restaurar as dunas existentes no município;
- ✓ Recuperar as praias que estiveram sujeitas á apanha de areia;
- ✓ Elaborar guias ecogoturísticas;
- ✓ Instalar trilhos e placas turísticas em todo o território do município;
- ✓ Conservar as cabeceiras das linhas de água;
- ✓ Formar e capacitar o pessoal técnico dos serviços municipais de proteção civil de modo a estarem mais capacitados a lidarem com os riscos existentes no concelho, designadamente com os riscos climáticos e geológicos;
- ✓ Dotar os serviços municipais de proteção civil de recursos humanos e materiais necessários ao prosseguimento das suas atividades;
- ✓ Elaborar a cartografia de riscos do município;
- ✓ Monitorizar e analisar dos dados climáticos do município com vista a acompanhar eventuais mudanças climáticas que estejam a ocorrer no município;
- ✓ Estimular à utilização de soluções para melhoria da infiltração de água em áreas urbanas (áreas verdes, sistemas de captação e drenagem de água de chuva em construções, etc.), designadamente ao nível dos lotes urbanos;
- ✓ Promover o combate contra a desertificação e o desgaste do solo;

- ✓ Reforçar a implementação das técnicas de conservação do solo e da água;
- ✓ Buscar parceria com MDR e MAHOT para que o inventário florestal possa ser complementado com um inventário ecológico;
- ✓ Incentivar iniciativas para a educação ambiental para os vários extratos que compõem o tecido social do município;
- ✓ Promover a conservação da flora e da fauna do município;
- ✓ Estimular a ampliação e a valorização das Áreas Protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
- ✓ Fomentar a educação e a formação em matéria de conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos biológicos;
- ✓ Aumentar a fiscalização, assim como a monitorização das espécies e dos ecossistemas existentes nas Áreas Protegidas;
- ✓ Promover a investigação e a divulgação científica sobre os ecossistemas do município;
- ✓ Criar acessos nas áreas florestais para combate a incêndios.

3. População e Estrutura de Povoamento

3.1. Outras Ações

- ✓ Promover a captação das poupanças dos munícipes emigrantes no exterior;
- ✓ Estimular uma maior diversificação dos investimentos dos emigrantes no município;
- ✓ Criar serviços públicos móveis para atender os aglomerados com diminuta população (biblioteca municipal móvel, serviço de cinema móvel, serviço de abastecimento de água; clínica médica móvel; formação profissional móvel; serviços municipais móveis, etc.);
- ✓ Promover programas e projetos de desenvolvimento dirigidos especificamente para as mulheres de modo aumentar as suas oportunidades e evitar a sua saída para fora do município, com ações de discriminação positiva, em favor destas, em áreas como a formação profissional, o empreendedorismo empresarial a criação de emprego público, etc.;
- ✓ Desenvolver programas educacionais e de formação orientados especificamente para a população adulta;

- ✓ Criar condições para a fixação da população local, bem como atrair população qualificada de outros municípios/ilhas;
- ✓ Promover políticas de criação de emprego qualificado, de fomento habitacional, de desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos públicos e privados, e a expansão da oferta cultural e recreativa local;
- ✓ Desenvolver programas de ocupação de tempos livres e de animação sociocultural para jovens;
- ✓ Promover programas de ocupação de tempos livres e de animação sociocultural para idosos;
- ✓ Fomentar serviços de assistência domiciliária para idosos;
- ✓ Incrementar as ações de formação profissional e de emprego, bem como promover ações de fomento ao empreendedorismo e ao autoemprego direcionado para os jovens da faixa etária compreendida entre os 15 e os 24 anos;
- ✓ Qualificar a população potencialmente emigrante;
- ✓ Diversificar a base económica local, apostando em novos sectores de atividade económica e em novos mercados exportadores;
- ✓ Promover atividades extensivas como o turismo ambiental, a agricultura biológica, a pastorícia, a proteção da natureza e os desportos “radicais”;

4. Núcleos Populacionais

4.1. *Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado*

- ✓ Elaborar o PD de Lajedos;
- ✓ Elaborar o PD de Casa do Meio e a clarificação da sua situação fundiária;
- ✓ Elaborar o PD de Tarrafal;
- ✓ Elaborar o PD de Monte Trigo;
- ✓ Elaborar o PD de Morro do Brejo;
- ✓ Elaborar o PD de Chã do Norte;
- ✓ Elaborar o PD de Ribeira das Patas;
- ✓ Elaborar o PD de Ponte Sul;
- ✓ Elaborar o PD de Chã de Viúva;
- ✓ Elaborar o PD de Chã de Galinheira;

- ✓ Elaborar o PD de Chã de Itália;
- ✓ Concluir a elaboração do PD de Curraletes.

4.2. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir o anel rodoviário circular ao Norte da cidade de Porto Novo;
- ✓ Construir as pontes de Ribeira do Desembarcadouro e da Ribeira de Corujinha no interior da malha urbana da cidade de Porto Novo.

4.3. Obras de Urbanização

- ✓ Construir a avenida marginal da cidade de Porto Novo;
- ✓ Transformar a zona de Morro Brejo num novo núcleo populacional da cidade;
- ✓ Requalificar os bairros periféricos da cidade dotando-os de infraestruturas e equipamentos urbanos;
- ✓ Requalificar os bairros de Berlim e de Chã de Viúva;
- ✓ Promover a urbanização e ocupação de Curraletes.

4.4. Outras Ações

- ✓ Elevar Ribeira das Patas a categoria de Vila;
- ✓ Promover a criação de hortas urbanas e de espaços verdes na cidade de Porto Novo com recurso à realização de furos, à reutilização das águas residuais e ao aproveitamento de linhas de água;
- ✓ Reforçar a centralidade funcional da Cidade de Porto Novo dotando-a de um conjunto de infraestruturas e equipamentos de proximidade para a satisfação das necessidades das populações do município e da ilha como um todo, fazendo com que esta urbe seja mais competitiva a nível regional e nacional;
- ✓ Realizar a qualificação urbana dos centros populacionais secundários do município, designadamente de alguns núcleos semiurbanos que estão a conhecer uma dinâmica urbanística relevante, dotando-os de instrumentos de gestão urbanística, bem como de infraestruturas e equipamentos condizentes com a sua evolução atual;
- ✓ Promover o surgimento de novas áreas de expansão urbanística, como Curraletes, Casa de Meio e Morro Brejo, de modo a dar vazão à procura existente por parte dos residentes, dos emigrantes, bem como por parte dos investidores;
- ✓ Vitalizar os aglomerados rurais, no sentido de os dotar de um conjunto de amenidades ao nível das infraestruturas e equipamentos de proximidade, de modo a

melhor as condições de vida das populações rurais e a criar condições para o aproveitamento das muitas potencialidades existentes;

- ✓ Preservar o património construído existente nos vários núcleos populacionais do concelho;
- ✓ Delimitar zonas de desenvolvimento pecuário, nos limites dos principais bairros da cidade, com a construção de pocilgas e currais comunitários.

5. Atividades Económicas

5.1. Agricultura

5.1.1. *Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado*

- ✓ Elaborar o Plano de Desenvolvimento Agro-silvo-pastoril de município de Porto Novo.

5.1.2. *Execução de Infraestruturas*

- ✓ Construir a Barragem de Jorge Luís/Ribeira da Cruz;
- ✓ Realizar furos para irrigação agrícola em Casa do Meio, Chã de Norte e Mesa;
- ✓ Construir diques de captação de água em Mesa.

5.1.3. *Obras de Urbanização*

- ✓ Construir a Galeria Comercial Municipal.

5.1.4. *Outras Ações*

- ✓ Desenvolver um projeto para fomentar o desenvolvimento agrícola de Tarrafal de Monte Trigo;
- ✓ Desenvolver um projeto para fomentar o desenvolvimento agrícola de Ribeira dos Bodes;
- ✓ Criar um banco público de terras em Lajedos;
- ✓ Implementar um projeto para fomentar a adoção e divulgação da irrigação gota-à-gota em todo o município, nomeadamente em Ponte Sul, bem como o fomento agrícola deste aglomerado;
- ✓ Ampliar a área agrícola de Casa do Meio para 10/12ha;
- ✓ Criar um banco de terras público em Chã do Norte;
- ✓ Desenvolver um projeto para fomentar o desenvolvimento agrícola de Alto Mira;

- ✓ Desenvolver um projeto para fomentar o desenvolvimento agrícola de Mesa, atualmente inexplorado;
- ✓ Desenvolver um projeto para aumentar a disponibilidade de solo em Tarrafal de Monte Trigo;
- ✓ Criar uma via ligando Marcelas à cidade de Porto Novo para potenciar o desenvolvimento agrícola desta área;
- ✓ Desenvolver um projeto de fomento agrícola em Mesa, com realce para a bovinicultura e caprinicultura;
- ✓ Potenciar o desenvolvimento do perímetro agrícola de Ponte de Sul, com recurso à mobilização de água;
- ✓ Desenvolver campanhas de sensibilização entre os agricultores para a necessidade da rotação de culturas;
- ✓ Investir em instalações que amenizem os efeitos do clima (culturas protegidas) sobre as produções agrícolas;
- ✓ Identificar e incentivar o plantio de espécies halo-tolerantes;
- ✓ Incentivar o cultivo em zonas com condições de resilir às intempéries do clima;
- ✓ Desenvolver modelos sustentáveis de gestão integrada agro-silvo-pastoril;
- ✓ Desenvolver campanhas de sensibilização com vista ao uso racional de água, poupança, mobilização e transporte;
- ✓ Identificar novos mecanismos de financiamento da atividade agrícola;
- ✓ Promover a prática e o desenvolvimento da agricultura biológica;
- ✓ Incentivar à transformação dos produtos agrícolas;
- ✓ Incentivar à formação técnica dos agricultores;
- ✓ Incentivar à promoção da qualidade dos produtos agrícolas;
- ✓ Operacionalizar o centro de expurgo de modo a minimizar os efeitos do embargo sanitário aos produtos agrícolas de Santo Antão;
- ✓ Estimular o desenvolvimento da agricultura hidropónica no município;
- ✓ Fomentar a construção de reservatórios para a conservação de água para rega.

5.2. Pecuária

5.2.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir pocilgas comunitárias no limite norte e nordeste da cidade de Porto Novo;

- ✓ Construir o matadouro municipal;

5.2.2. Outras Ações

- ✓ Dinamizar a fábrica de queijo de Bolona;
- ✓ Promover formação e sensibilização dos pastores e criadores de gado para prática de pastoreio sustentável;
- ✓ Incentivar a transformação dos produtos pecuários;
- ✓ Fomentar a introdução de raças melhoradas;
- ✓ Desencadear mecanismos junto da Delegação do Ministério que tutela a agricultura visando conseguir maior apoio técnico e assessoria aos criadores de gado;
- ✓ Incentivar a população a dedicar-se à prática da pecuária;
- ✓ Assessorar os produtores na criação das marcas locais e na sua divulgação para todo mercado nacional;
- ✓ Apoiar os produtores de marcas locais no estabelecimento de acordos e protocolos com os principais estabelecimentos turísticos das ilhas de São Vicente, Santiago, Sal e Boa Vista, para escoamento dos produtos e das marcas locais;
- ✓ Enfatizar a origem, a autenticidade e exclusividade dos produtos pecuários locais;
- ✓ Apoiar fortemente a estratégia de marketing com vista a manter a exclusividade e a originalidade dos produtos locais, aumentando a sua competitividade;
- ✓ Estabelecer protocolos com entidades fiscalizadoras, nomeadamente, com a IGAE, para proceder a fiscalizações periódicas, evitando a falsificação e consequente perda de competitividade dos produtos locais;
- ✓ Apoiar, juntamente com outras entidades, o empreendedorismo no domínio de transformação de produtos pecuários, particularmente, a transformação de lacticínios;
- ✓ Criar uma dotação orçamental no orçamento municipal destinada à formação dos jovens no domínio da pecuária;
- ✓ Promover e incentivar a organização dos agricultores, produtores e criadores em associações, criando sinergias.

5.3. Pesca

5.3.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Realizar um Plano para o Desenvolvimento da pesca no município.

5.3.2. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir um arrastador em Boca da Ribeira para apoio à atividade pesqueira;
- ✓ Concluir a infraestrutura de conservação/salmoura de peixe em Tarrafal de Monte Trigo;
- ✓ Reativar o sistema de frio de Tarrafal de Monte Trigo;
- ✓ Construir o Porto de Pesca de Tarrafal de Monte Trigo;
- ✓ Instalar dispositivos de concentração de pescado na fachada litoral oeste do município (Tarrafal/Monte Trigo);
- ✓ Construir o embarcadouro de Monte Trigo para apoiar à pesca;
- ✓ Construir o Porto de Pesca de Porto de Novo.

5.3.3. Outras Ações

- ✓ Implementar a unidade de embalagem de Pescado da cidade de Porto Novo;
- ✓ Estimular a criação de pequenas unidades de transformação e embalagem de Pescado em Tarrafal e em Monte Trigo;
- ✓ Implementar e difundir equipamentos para detenção de cardumes entre os pescadores;
- ✓ Desenvolver projetos com vista a aumentar a capacidade de captura das embarcações artesanais;
- ✓ Incentivar a exportação dos produtos pesqueiros do município para outras ilhas;
- ✓ Desenvolver um programa que fomenta o desenvolvimento da piscicultura no município;
- ✓ Mobilizar recursos para apoiar e incentivar os jovens a se formarem na área de pesca;
- ✓ Incentivar a formação profissional no sector e a criação de associações para poderem aceder a fundos de apoio que existem;
- ✓ Organizar seminários, debates e formações para os jovens, esclarecendo-os e motivando-os para trabalharem no sector das pescas;
- ✓ Propor aos pescadores a se associarem e a criarem uma entidade gestora, de modo a poderem fornecer os seus produtos á rede de hotéis das ilhas de São Vicente, Sal e Boa Vista;

- ✓ Apoiar as associações de pescadores que vierem a existir, no estabelecimento de uma rede de contactos para escoamento dos seus produtos a nível nacional;
- ✓ Facilitar o contacto dos pescadores e/ou associação de pescadores com o representante do Governo central para poderem aceder a apoio técnico e financeiro;
- ✓ Elencar os apoios existentes no sector da pesca e os mecanismos para os conseguir (exportação);
- ✓ Fazer a prospeção junto de potenciais investidores e incentivá-los a investir neste tipo de exploração de recursos pesqueiros;
- ✓ Propor e incentivar a criação de empresas vocacionadas para outros tipos de conserva de peixe, nomeadamente, a fumagem, a secagem, o congelamento e a salga;
- ✓ Apoiar jovens na formação e na criação dos seus próprios negócios, apostando na qualidade de modo a aumentarem a competitividade e a melhorarem os seus rendimentos;
- ✓ Propor formação orientada que aposta na qualidade, na apresentação e na higiene dos produtos e serviços, de modo a empresas serem competitivos face à concorrência;
- ✓ Incentivar às empresas que vierem a laborar no sector a criação de laboratórios de qualidade e a cooperação técnica com outros países de modo a garantir a qualidade dos seus produtos.

5.4. Atividades Extrativas

5.4.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Elaborar um plano de gestão e ordenamento dos recursos inertes do município.

5.4.2. Outras Ações

- ✓ Desenvolver iniciativas que visam reativar a fábrica de pozolana existente no município;
- ✓ Promover a extração do basalto verde/oliva na zona sul do município;
- ✓ Incentivar o desenvolvimento da produção, transformação e a utilização na construção civil da pedra de calçada, da pedra vermelha e do basalto;

- ✓ Estimular o aproveitamento das jazidas de barro existentes no município, designadamente em Lajedos, Lagoa, Lombo de Figueiras, com o desenvolvimento de pequenas unidades de olaria;
- ✓ Introduzir e difundir novas tecnologias para o tratamento das rochas;
- ✓ Promover a realização da cartografia geológica atualizada do município e a realização de estudos de terrenos complementados com ensaios geotécnicos;
- ✓ Introduzir e difundir tecnologias inovadoras na produção do cimento;
- ✓ Incentivar a implementação de unidades britadeiras de produção de areia e brita mecânica no concelho.

5.5. Artesanato

5.5.1. Outras Ações

- ✓ Estimular a formação profissional de jovens artesãos e a recuperação de práticas artesanais em perigo de extinção;
- ✓ Promover a organização de feiras e exposições no município e fora do concelho com vista a divulgar e promover os produtos artesanais locais;
- ✓ Divulgar o artesanato como uma oportunidade de negócio e/ou uma atividade geradora de rendimento;
- ✓ Promover a criação da associação de artesãos;
- ✓ Patrocinar a divulgação e exposição dos produtos artesanais locais junto dos operadores turísticos, dos estabelecimentos turísticos e das agências de viagem;
- ✓ Apadrinhar a divulgação da origem, da exclusividade e da autenticidade dos produtos artesanais do município;
- ✓ Apoiar na criação de condições para os artesãos construírem *stocks* de matéria-prima que os permita trabalhar durante todo o ano;
- ✓ Disponibilizar espaços/oficinas para aprendizes, executores e vendedores de artesanato.

5.6. Indústria

5.6.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Elaborar do PD da zona industrial.

5.6.2. Obras de Urbanização

- ✓ Criar o Parque Industrial e logístico do município.

5.6.3. Outras Ações

- ✓ Fomentar a exploração e transformação da pozolana e do basalto para a sua utilização na indústria da construção civil;
- ✓ Promover o aumento do parque empresarial do concelho via incentivo ao empreendedorismo e atracção de novos investidores;
- ✓ Incentivar a produção de produtos locais, nomeadamente, derivados do leite, transformação de frutas, pescado, aguardente, etc.;
- ✓ Promover o município e os seus produtos dentro e fora, nomeadamente, nas ilhas mais próximas mas também em todo território nacional;
- ✓ Impulsionar os produtos típicos como autênticos, exclusivos e de qualidade;
- ✓ Promover seminários de empreendedorismo e educação financeira;
- ✓ Incentivar e apoiar na formação sobre criação e financiamento de projetos de investimentos, acesso a financiamento e produtos financeiros disponíveis;
- ✓ Estabelecer relações com as entidades promotoras do investimento;
- ✓ Fomentar relações de proximidade com ADEI e Gabinete de Empreendedorismo;
- ✓ Influenciar o Governo Central a melhorar e a fazer novos investimentos em estradas nacionais facilitando a deslocação e o escoamento dos produtos transformados;
- ✓ Apoiar e facilitar os empreendedores nos contactos com os estabelecimentos turísticos como canais de distribuição dos seus produtos;
- ✓ Patrocinar os jovens na formação e na criação dos seus próprios negócios, apostando na qualidade de modo a aumentarem a competitividade e melhorar os rendimentos;
- ✓ Fomentar a criação de sociedades com vários intervenientes, reforçando assim as garantias necessárias;
- ✓ Criar um pacote de incentivos de âmbito governamental e municipal para atracção de potenciais investidores no município.

5.7. Serviços

5.7.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir uma incubadora de empresas no município.

5.7.2. Outras Ações

- ✓ Criar um gabinete municipal de empreendedorismo e investimento;
- ✓ Fomentar a formação profissional na área dos serviços;
- ✓ Promover a melhoria e diversificação dos serviços já existentes;
- ✓ Estimular o surgimento de iniciativas privadas na área de prestação de serviços;
- ✓ Criar condições de atratividade para instalação de novos serviços públicos e privados;
- ✓ Incentivar o aproveitamento da mão-de-obra local nos serviços existentes no município e fomentar a sua capacitação para poderem integrar nas forças de trabalho necessárias;
- ✓ Negociar com as instituições locais e propor estágios e colocação de jovens nos serviços;
- ✓ Impulsionar a criação de unidades de negócio na área de serviços, nomeadamente nas TIC;
- ✓ Criar condições objetivas para o regresso e fixação de jovens quadros no município para darem o seu contributo no desenvolvimento do concelho;
- ✓ Apostar em serviços inovadores, assentes no turismo e nas novas tecnologias;
- ✓ Incentivar o aparecimento de pequenas e médias empresas prestadoras de serviços colaterais aos investimentos públicos;
- ✓ Promover a imagem do município enquanto centro prestador de serviços de qualidade.

5.8. Turismo

5.8.1. *Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado*

- ✓ Elaborar os Planos de Ordenamento Turísticos das áreas litorais do município identificadas como tendo potencial turístico no PDM;
- ✓ Elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo no município.

5.8.2. *Obras de Urbanização*

- ✓ Construir miradouros panorâmicos ao longo do município (Campo Redondo, Topo de Coroa, Alto Mira, Planalto Leste, etc.);
- ✓ Construir e requalificar caminhos vicinais para a prática do turismo;
- ✓ Proceder à sinalização turística do município;

- ✓ Estimular a edificação de aglomerados turísticos em Curraletes, Ribeira Torta, Praia Formosa e Ponta de Tarafe.

5.8.3. Outras Ações

- ✓ Desenvolver a prática do Turismo Geológico de praia e de montanha;
- ✓ Estimular a elaboração de guias ecogeotúristicos do município;
- ✓ Promover o potencial turístico de Lajedos, principalmente do turismo rural;
- ✓ Promover o turismo de habitação nas zonas rurais do município;
- ✓ Estimular e promover o turismo balnear em Monte Trigo;
- ✓ Promover o turismo de montanha, o turismo ecológico e de natureza por todo o concelho;
- ✓ Investir na promoção e divulgação do destino turístico Porto Novo/Santo Antão;
- ✓ Promover o agenciamento turístico local;
- ✓ Criar condições de atratividade para instalação de novas unidades de alojamento e prestação de serviços ao turismo;
- ✓ Potenciar sinergias com os restantes municípios da ilha para a divulgação do destino Santo Antão;
- ✓ Criar um centro de informação turística no porto da cidade.

6. Infraestruturas

6.1. Abastecimento de Água

6.1.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Realização de furos para captação de água em Ribeira dos Bodes;
- ✓ Levar a água de Janela para Porto Novo.

6.1.2. Obras de Urbanização

- ✓ Melhorar o sistema de abastecimento de água potável em Pascoal Alves;
- ✓ Melhorar o sistema de abastecimento de água potável em Jorge Luís e Ribeira Fria;
- ✓ Melhorar a captação e distribuição de água em Tarrafal do Monte Trigo;
- ✓ Criar o sistema de abastecimento de água domiciliar em Casa do Meio, Ponte Sul, Círio, Curral das vagas, Ribeira dos Botes, Jorge Luís, Zona Norte e Planalto Leste;
- ✓ Melhorar o sistema de captação, abastecimento de água domiciliar e a cobertura em Lajedos, Alto Mira 1º e 2º povoado, Tarrafal e Monte Trigo.

6.1.3. Outras Ações

- ✓ Mobilizar a água nas zonas de Planalto Norte, Planalto Leste, Jorge Luís, Ribeira das Patas, Ribeira da Cruz, Ribeira dos Botes e nas áreas periurbanas da cidade do Porto Novo;
- ✓ Levar a cabo iniciativas de prospeção de água na zona de Lajadinha;
- ✓ Melhorar a qualidade da água para consumo humano e agrícola em Lajedos, Monte Trigo, Ribeira da Cruz e Ribeira das Patas;
- ✓ Aumentar a eficiência, redução de perdas, dos sistemas de abastecimento de água do município;
- ✓ Desenvolver mecanismos de reutilização da água;
- ✓ Substituir os combustíveis fósseis por energias renováveis na bombagem de água;
- ✓ Realizar a manutenção dos sistemas de bombagem dos furos em exploração nas áreas periurbanas, com substituição de bombas, motores acoplados às bombas, tubagens e acessórios e quadros de comando de bombas;
- ✓ Equipar os furos existentes;
- ✓ Criar Comissões de Gestão dos vários pontos de água, furos, poços, galerias e nascentes existentes no município;
- ✓ Controlar a qualidade da água produzida, distribuída e consumida no município;
- ✓ Celebrar protocolos entre o INGRH e a Câmara Municipal com vista à cedência de técnicos para prestar apoio na área de eletricidade ao INGRH.

6.2. Abastecimento de Energia

6.2.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Promover a interligação da rede elétrica municipal e regional;
- ✓ Construir a central única, com o fecho das várias micro-centrais existentes no município.

6.2.2. Outras Ações

- ✓ Aproveitar e transformar os dejetos animais para a produção de biogás;
- ✓ Promover a produção, distribuição e consumo de energias renováveis no concelho;
- ✓ Potenciar o desenvolvimento de energia renováveis no vertente eólico e solar para produção de energia elétrica;

- ✓ Operacionalizar o Plano Estratégico Sectorial de Energias Renováveis que no Porto identificou 3 áreas (Lombo da Torre, João Daninha, Galheteiro e Porto Novo).

6.3. Resíduos Sólidos

6.3.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir o aterro sanitário;
- ✓ Melhorar a infraestrutura de deposição e tratamento do lixo;
- ✓ Montar um sistema de recolha de resíduos seletivos (orgânicos, vidro, embalagens, papel, plástico, eletrónico e ferro).

6.3.2. Outras Ações

- ✓ Aumentar o número de contentores para recolha de resíduos em espaços urbanos;
- ✓ Melhorar a eficácia na recolha e tratamento dos resíduos;
- ✓ Sensibilizar as populações para a problemática da produção, recolha e tratamento dos resíduos;
- ✓ Incentivar a reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos;
- ✓ Melhorar a eficácia da fiscalização relativamente à produção e deposição de resíduos.

6.4. Saneamento das Águas Residuais

6.4.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Elaborar o Plano Sanitário do Município do Porto Novo.

6.4.2. Execução de Infraestruturas

- ✓ Expandir a rede de esgotos da cidade do Porto Novo;
- ✓ Desenvolver um projeto de saneamento do meio em Monte Trigo;
- ✓ Construir a Estação de Tratamento de Águas Residuais no parque industrial e logístico, privilegiando o tratamento das águas com recurso à lagunagem;
- ✓ Construir fossas sépticas comunitárias.

6.4.3. Outras Ações

- ✓ Reutilizar as águas residuais, tratadas, para irrigação dos espaços verdes municipais e para a produção de citrinos;
- ✓ Promover um programa municipal para a construção de casas de banhos familiares.

6.5. Transportes

6.5.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir a Estrada que liga Porto Novo a Tarrafal pelo litoral;
- ✓ Construir a avenida marginal da cidade do Porto Novo;
- ✓ Melhorar a acessibilidade rodoviária a Ribeira dos Bodes e à Ribeira Fria;
- ✓ Construir o aeroporto de Casa do Meio;
- ✓ Melhorar os acessos rodoviários a Pascoal Alves e melhorar a sua ligação com Chã de Cruz;
- ✓ Melhorar e concluir a ligação de Chã de Branquinho a Alto Mira e a Ribeira da Cruz;
- ✓ Realizar a acessibilidade rodoviária a Tarrafal de Monte Trigo;
- ✓ Requalificar o acesso terrestre a Tarrafal a partir de Campo Redondo;
- ✓ Requalificar o acesso terrestre entre Monte Trigo e Tarrafal;
- ✓ Requalificar a via que liga Ribeira da Cruz a Martiene;
- ✓ Requalificar a via de Martiene que permite a penetração no vale;
- ✓ Requalificar a via Chã do Norte/Ribeira da Cruz;
- ✓ Construir a ligação rodoviária entre o II Povoado de Alto Mira e Faial;
- ✓ Melhorar a ligação rodoviária entre Lagoa e Ribeira das Patas com a construção de uma ponte em Ribeira de Carpinteiro;
- ✓ Construir um teleférico para cargas e pessoas entre Ribeira do Cachaço e Ribeira das Patas;
- ✓ Requalificar a estrada Cabouco Silva/Chã de Alecrim;
- ✓ Construir a via que permite o acesso entre Chã de Coxete à Tia Rosa;
- ✓ Melhorar a ligação entre Ponte Sul e Tabuga/Manuel Lopes;
- ✓ Melhorar a ligação em terra batida entre Mesa e a cidade;
- ✓ Construir a via que liga Jorge Luís a Ribeira de Miguel Pires;
- ✓ Concluir a estrada Porto Novo- Ponto Sul;
- ✓ Construir a estrada de Alto Mira que liga o 2º povoado ao 1º povoado;
- ✓ Construir o Embarcadero/náutica de recreio de Monte Trigo;
- ✓ Construir o porto Pesca de Tarrafal de Monte Trigo;
- ✓ Melhorar o porto de Porto Novo para que venha a ser a prazo um porto de longo curso;
- ✓ Construir um heliporto na cidade do Porto Novo;

- ✓ Construir o Porto de Pesca e a marina de Porto Novo.

6.5.2. Outras Ações

- ✓ Levar a cabo intervenções na estrada que faz a ligação entre Selada de Alto Mira a III povoado de Alto Mira com vista a minimizar a queda de blocos.

6.6. Telecomunicações

6.6.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Melhorar a cobertura de rádio e televisão no município, designadamente nas localidades do interior;
- ✓ Melhorar a cobertura telefónica do município, com realce para toda a zona do Planalto Norte;
- ✓ Melhorar a cobertura móvel do município, sobretudo na zona Norte e Este do concelho onde ela é muito deficitária, senão inexistente.

6.6.2. Obras de Urbanização

- ✓ Construir praças digitais pelos vários aglomerados do município.

6.6.3. Outras Ações

- ✓ Incentivar a criação de postos de acesso à internet públicos e privados em todos os aglomerados do concelho.

7. Coesão Social e Qualidade de Vida

7.1. Habitação

7.1.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Habitação.

7.1.2. Outras Ações

- ✓ Promover uma maior presença do programa casa para todos no município;
- ✓ Conceber um programa de emergência para a requalificação das habitações das pessoas mais vulneráveis, centrado sobretudo nos problemas de infiltração de água;
- ✓ Criação de um programa para venda de terrenos para edificação de habitações a custos controlados orientado sobretudo para os jovens e para quadros que queiram fixar a sua residência principal no município;

- ✓ Promover a introdução e a difusão de novas técnicas de construção que aumentem o período de vida útil das construções e que tornem menos dispendiosos a construção de edifícios;
- ✓ Estimular e difundir a utilização de materiais locais na edificação de edifícios e infraestruturas públicas e privadas;
- ✓ Desenvolver um programa de habitação social específico para o aglomerado de Monte Trigo.

7.2. Educação e Formação

7.2.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Elaborar o plano municipal de Formação Profissional que tenha com uma das preocupações principais adequar a oferta da mão-de-obra local à procura existente no município.

7.2.2. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir uma Escola Secundária na cidade do Porto Novo;
- ✓ Construir um centro de formação profissional e criar uma delegação do Instituto de Emprego e Formação Profissional no município;
- ✓ Transformar o atual quartel militar da cidade num Centro de Artes e Ofícios;
- ✓ Transformar a pausada da Câmara Municipal numa residência para acolher estudantes do ensino técnico e profissional;
- ✓ Construir salas de aulas com vista a eliminar as salas arrendadas ainda existentes;
- ✓ Requalificar os atuais estabelecimentos escolares, dotando-os de melhorias ao nível das instalações sanitárias, eletrificação, espaços para a prática desportiva, biblioteca, internet, bem como de laboratórios para o desenvolvimento de atividades práticas;

7.2.3. Outras Ações

- ✓ Reaproveitar a Escola Técnica do município, centrando a sua ação no ensino técnico;
- ✓ Melhorar o sistema de transporte escolar que serve os alunos da Escola Secundária de Ribeira das Patas;
- ✓ Criar oficinas de Atividades de rendimento que fomentem o surgimento de microempresas e o auto rendimento;

- ✓ Promover a instalação e o desenvolvimento de um polo da universidade pública na cidade do Porto Novo;
- ✓ Criar um gabinete municipal para a orientação vocacional;
- ✓ Diversificar a oferta educacional e formativa ao nível do ensino médio, superior, técnico e profissionalizante;
- ✓ Fomentar a inscrição e a participação dos adultos nos círculos de cultura.
- ✓ Promover o ensino secundário/profissional recorrente e o ensino noturno em parceria com o Ministério da Educação e com escolas privadas;
- ✓ Estimular o ensino superior no concelho com recurso ao ensino à distância em parceria com o Ministério da Educação, Universidade de Cabo Verde, Universidade Aberta (Portugal) e outras instituições privadas nacionais e estrangeiras;
- ✓ Criar um fundo municipal para a atribuição de bolsas de estudo aos munícipes que frequentam o ensino médio e superior no país;
- ✓ Diversificar a oferta formativa local, criando percursos alternativos e estabelecer um fundo municipal para apoiar os estudantes carenciados que queiram continuar a sua atividade escolar/formativa;
- ✓ Assinar protocolos com ONG'S que dedicam ao ensino das línguas estrangeiras e da informática, criando ofertas formativas no município nestas áreas, principalmente durante o período das férias estudantis;
- ✓ Celebrar protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para incrementar a oferta formativa, com ações que poderão decorrer no município ou em outros concelhos;
- ✓ Inserir conteúdos didáticos referentes à realidade local e adequar os conteúdos programáticas lecionados nos diversos níveis de ensino no concelho às necessidades formativas do município;
- ✓ Celebrar protocolos com municípios germinados para o desenvolvimento de ações de formação profissional no município.

7.3. Pobreza

7.3.1. *Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado*

- ✓ Plano municipal de luta contra a pobreza.

7.3.2. *Outras Ações*

- ✓ Dinamizar a economia local;
- ✓ Desenvolver iniciativas para atrair investimentos privados;
- ✓ Potenciar o sector primário e sectores conexos;
- ✓ Promover a instalação de uma agência do Novo Banco no município.

7.4. Saúde

7.4.1. *Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado*

- ✓ Desenvolver um programa de Saúde Pública para o município, com especial incidência na dependência química.

7.4.2. *Execução de Infraestruturas*

- ✓ Construir uma unidade sanitária de base em Monte Trigo;
- ✓ Construir um Posto Sanitário em Ribeira das Patas com médico, enfermeiro e ambulância residentes;
- ✓ Reabilitar as unidades sanitárias de base de Alto Mira e de Ribeira da Cruz;
- ✓ Construir de duas Unidades Sanitárias de Base na cidade de Porto Novo, respetivamente nos bairros de Berlim e Alto São Tomé.

7.4.3. *Outras Ações*

- ✓ Aumentar a oferta de consultas de especialidades e a capacidade de resposta do centro de saúde de Porto Novo;
- ✓ Facilitar a ligação dos pacientes de Porto Novo com o hospital do Mindelo, em detrimento do hospital regional de Ribeira Grande, minimizando os custos para os utentes;
- ✓ Aumentar as frequências das consultas ambulatoriais em todo o município;
- ✓ Criar residências para médicos e enfermeiros nos aglomerados mais recônditos;
- ✓ Melhorar a dotação em recursos humanos e em equipamentos das unidades sanitárias de base.

7.5. Desporto

7.5.1. *Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado*

- ✓ Elaborar a Carta Desportiva do Município.

7.5.2. *Execução de Infraestruturas*

- ✓ Construir polivalentes em Ribeira dos Botes, Ribeira da Cruz, Ribeira Fria, Jorge Luís;

- ✓ Requalificar o estádio municipal com a sua eletrificação e a construção da pista de atletismo;
- ✓ Construir um pavilhão multiusos, coberto, na cidade de Porto Novo;
- ✓ Construir um hipódromo no município;
- ✓ Requalificar os polivalentes existentes na cidade;
- ✓ Requalificar, construir e arrelvar campos de treino, designadamente de Ribeira Fria e de Ribeira de Botes;
- ✓ Requalificar os polivalentes de Lajedos, Lombo das Figueiras e de Monte Trigo;
- ✓ Concluir o polivalente de Casa do meio;
- ✓ Construir uma piscina de água salgada na cidade de Porto Novo.

7.5.3. Outras Ações

- ✓ Promover a prática da pesca desportiva no Morro de Tubarão;
- ✓ Promover a prática dos desportos náuticos no concelho;
- ✓ Estimular o desenvolvimento dos desportos de aventura no município;
- ✓ Criar, em colaboração com as federações e associações desportivas, um programa municipal para o empoderamento institucional das organizações desportivas.

7.6. Outros Equipamentos Sociais

7.6.1. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir edifícios para albergarem os vários serviços públicos existentes no município, já que estes maioritariamente ocupam instalações privadas;
- ✓ Construir e pôr a funcionar um Posto Policial em Ribeira das Patas;
- ✓ Construção de um mercado público em Ribeira das Patas;
- ✓ Aumentar a oferta de creches e jardins infantis públicos na cidade.

7.6.2. Outras Ações

- ✓ Criar delegações da casa do cidadão na cidade de Porto Novo e em Ribeira das Patas;
- ✓ Criar uma dependência da casa do Direito na cidade de Porto Novo.

7.7. Cultura

7.7.1. Promoção e Gestão do Planeamento Detalhado

- ✓ Elaborar o Plano de Salvaguarda do Património Municipal;
- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Fomento e Valorização cultural.

7.7.2. Execução de Infraestruturas

- ✓ Construir o Centro Cultural do município (auditório, cinema, biblioteca, sala de ensaios, conservatório);
- ✓ Criar a casa museu Baltasar Lopes da Silva em Babilónia, valorizando o turismo rural e promovendo a transformação dos produtos locais;
- ✓ Criar a casa museu Manuel Lopes em Lajedos, valorizando o turismo rural e promovendo a transformação dos produtos locais;
- ✓ Criar o museu de Praia Formosa assente sobretudo na arqueologia náutica e submarina;
- ✓ Construir o Museu da Romaria no Morro do Brejo.

7.7.3. Obras de Urbanização

- ✓ Requalificar o espaço envolvente à capela de São João com vista à sua classificação como património cultural do município;
- ✓ Construir o monumento em honra a São João em Morro do Brejo.

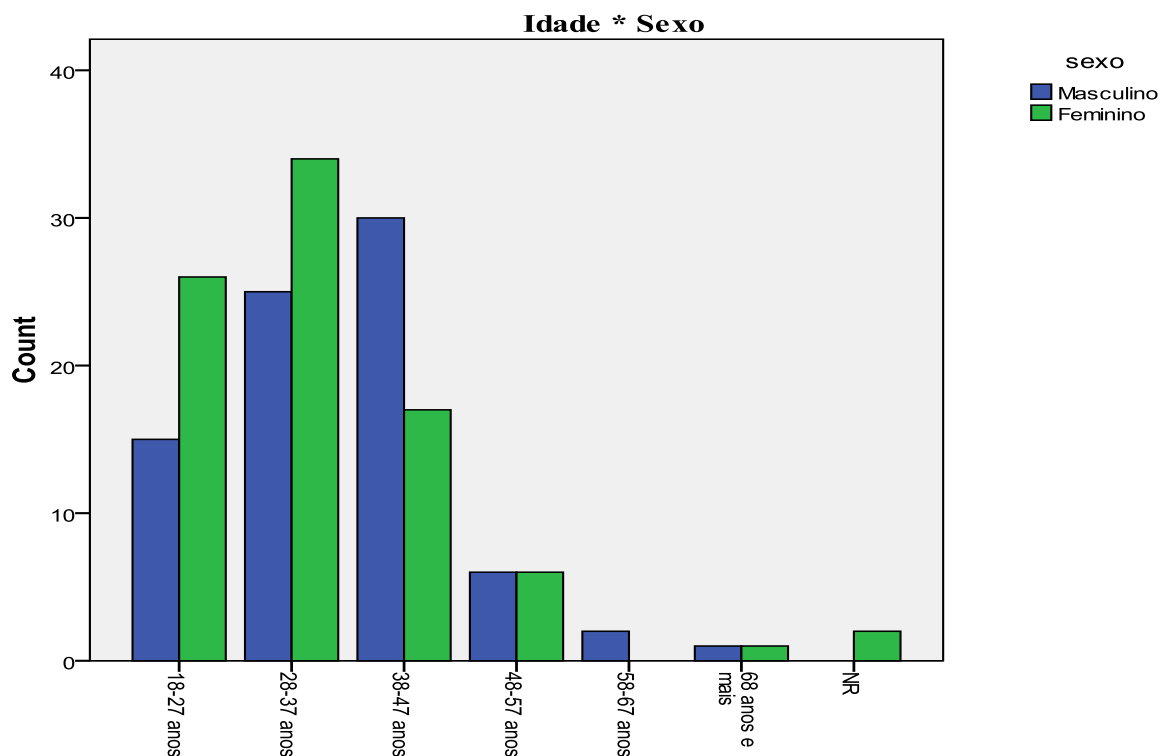
7.7.4. Outras Ações

- ✓ Estimular a produção de artesanato em Lajedos, tendo por base o barro, com a criação de objetos decorativos, telhas e pavimentos para serem utilizados na construção civil;
- ✓ Promover a utilização da pele de caprinos e da lã para a produção de artesanato;
- ✓ Estimular a recuperação e a revitalização da cestaria tradicional do município;
- ✓ Fomentar o associativismo cultural incentivando a formação de grupos culturais;
- ✓ Recuperar, promover e difundir géneros e práticas culturais com tradição no município, caso do teatro, da mazurca, da contradança e do kolá, etc.;
- ✓ Trabalhar com vista ao reconhecimento das festividades de São João como Património Cultural Nacional;
- ✓ Dinamizar as festividades de romaria desenvolvidas nas várias localidades do município e torná-las num cartaz turístico do município;
- ✓ Potenciar iniciativas culturais de âmbito local;
- ✓ Criar uma agenda cultural do município com atividades distribuídas ao longo do ano;
- ✓ Divulgar os produtos da culinária local.

CAPITULO IV – ANALISE DE DADOS

Dados obtido através do inquérito realizado na Cidade do Porto Novo sobre o desenvolvimento do Porto Novo.

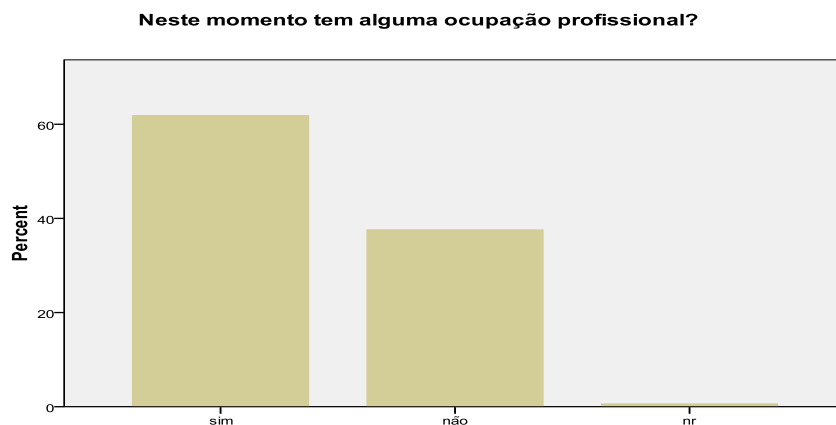
Gráfico nº1



Dos 165 inquiridos, 41 dos inquiridos que corresponde a 24.8% com idade compreendida entre os 18-27 anos, 15 com o peso de 9.1% são masculino, 26 com o peso de 15.8% são feminino, 59 dos inquiridos que corresponde a 35.8% com idade compreendida entre os 28-37 anos, 25 com o peso de 15.2% são masculino, 34 com o peso de 20.6% são feminino, 47 dos inquiridos que corresponde a 28.5% com idade compreendida entre os 38-47 anos, 30 com o peso de 18.2% são masculino, 17 com o peso de 10.3% são feminino, 12 dos inquiridos que corresponde a 7.3% com idade compreendida entre os 48-57 anos, 6 com o peso de 3.6% são masculino, 6 com o peso de 3.6% são

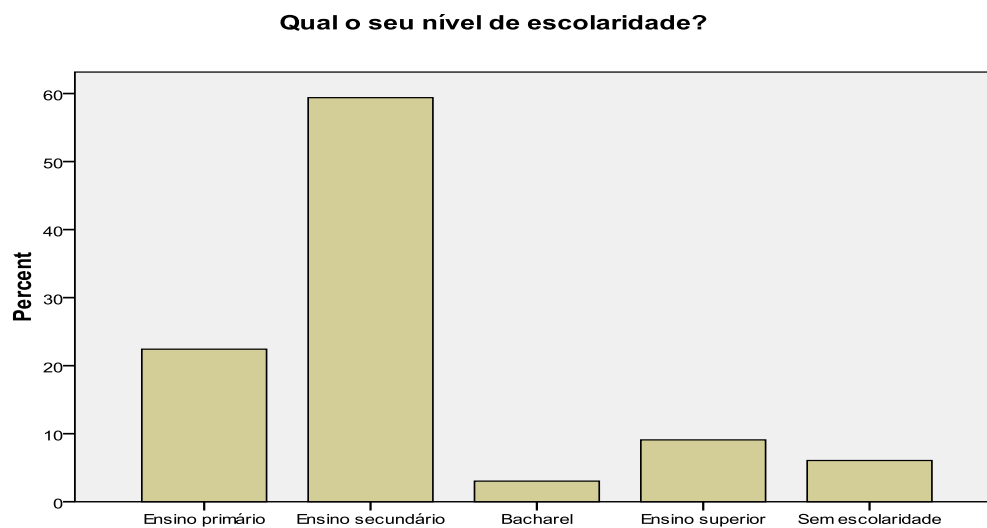
feminino, 2 dos inquiridos que corresponde a 1.2% com idade compreendida entre os 58-67 anos, 2 com o peso de 1.2% são masculino, 0 com o peso de 0% são feminino, 2 dos inquiridos que corresponde a 1.2% com idade compreendida entre os 68 anos e mais, 1 com o peso de 0.6% são masculino, 1 com o peso de 0.6% são feminino, 2 dos inquiridos que corresponde a 1.2% não responde a idade e são feminino.

Gráfico n°2



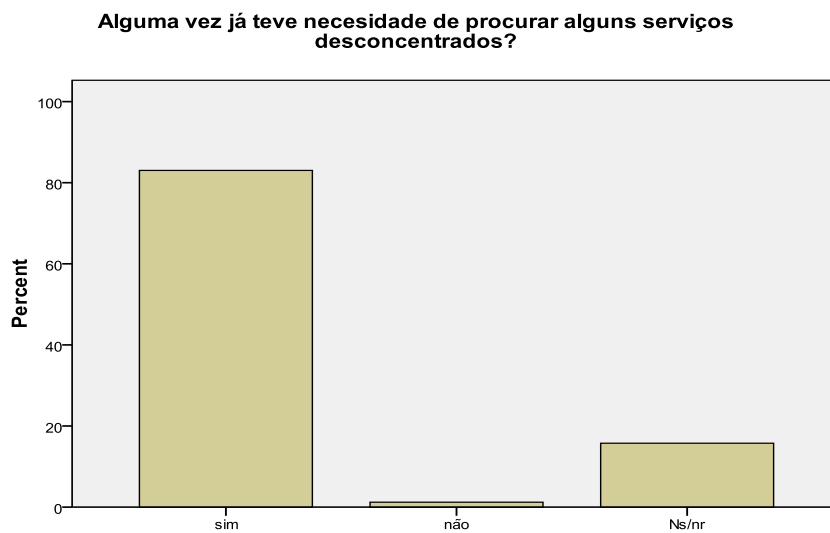
Dos 165 inquiridos, 102 com o peso de 61.8% tem ocupação profissional, 62 com o peso de 37.6 não tem ocupação profissional, 1 com o peso de 0.6% não responde.

Gráfico nº 3



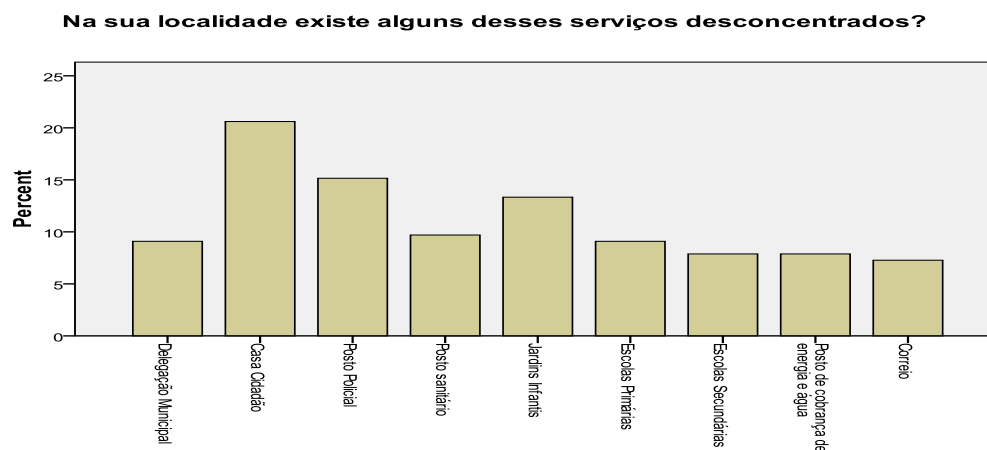
Dos 165 inquiridos, 37 com o peso de 22.4% tem o Ensino Primário, 98 com o peso de 59.4% tem o Ensino Secundário, 5 com o peso de 3.0% tem Bacharel, 15 com o peso de 9.1% tem Ensino Superior, 10 com o peso de 6.1% sem escolaridade.

Gráfico n°4



Dos 165 inquiridos, 137 com o peso de 83.0% já procuraram alguns dos serviços desconcentrados, 2 com o peso de 1.2% não procuraram os serviços desconcentrados, 26 com o peso de 15.8% não sabe/não responde.

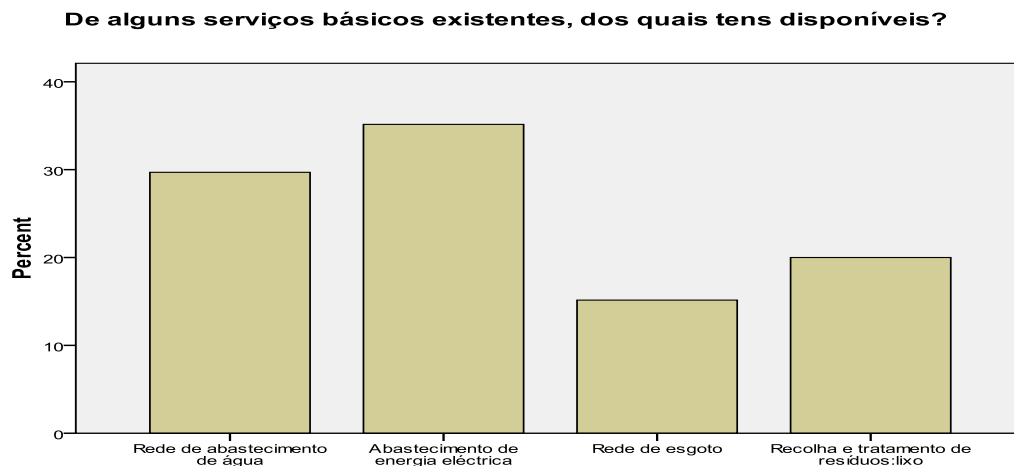
Gráfico n°5



Dos 165 inquiridos, 15 com o peso de 9.1% responde que tem Delegação Municipal na sua localidade, 34 com o peso de 20.6% responde que tem Casa Cidadão na sua

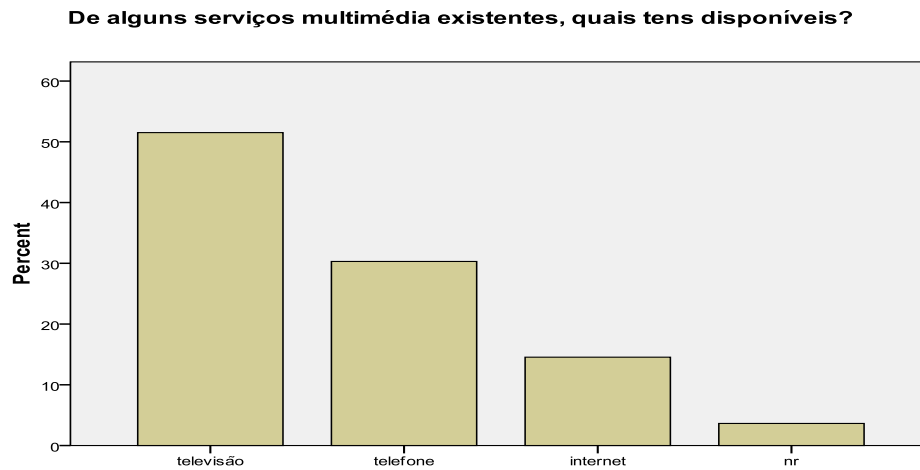
localidade, 25 com o peso de 15.2% responde que tem Posto Policial na sua localidade, 16 com o peso de 9.7% responde que tem Posto Sanitário na sua localidade, 22 com o peso de 13.3% responde que tem Jardins infantis na sua localidade, 15 com o peso de 9.1 responde que tem Escolas primárias na sua localidade, 13 com o peso de 7.9% responde que tem Escolas secundárias na sua localidade, 13 com o peso de 7.3% responde que tem Posto de Cobrança de energia e água, 12 com o peso de 7.3 responde que tem correio na sua localidade.

Gráfico n°6



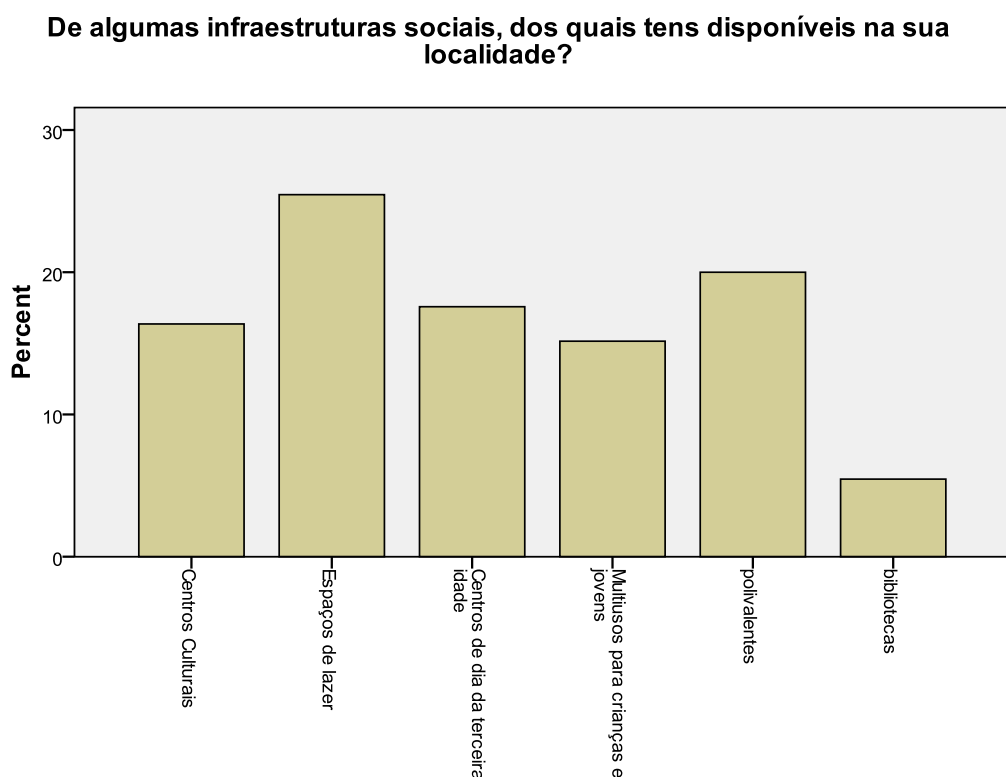
Dos 165 inquiridos, 49 com o peso de 29.7% tem Rede de abastecimento de água, 58 com o peso de 35.2% tem abastecimento de energia eléctrica, 25 com o peso de 15.2% tem Rede de esgoto, 33 com o peso de 20.0% tem recolha e tratamento de resíduos: lixo.

Gráfico n°7



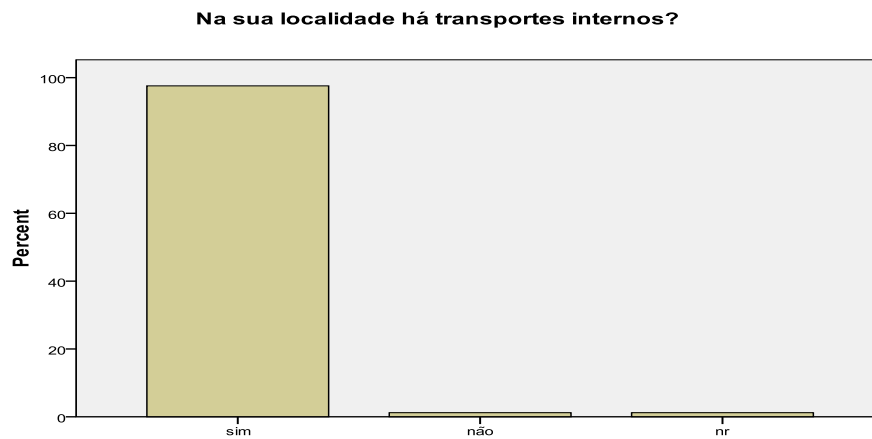
Dos 165 inquiridos, 85 com o peso de 51.5% tem televisão, 50 com o peso de 30.3% tem telefone, 24 com o peso de 14.5 tem internet, 6 com o peso de 3.6% não responde.

Gráfico n°8



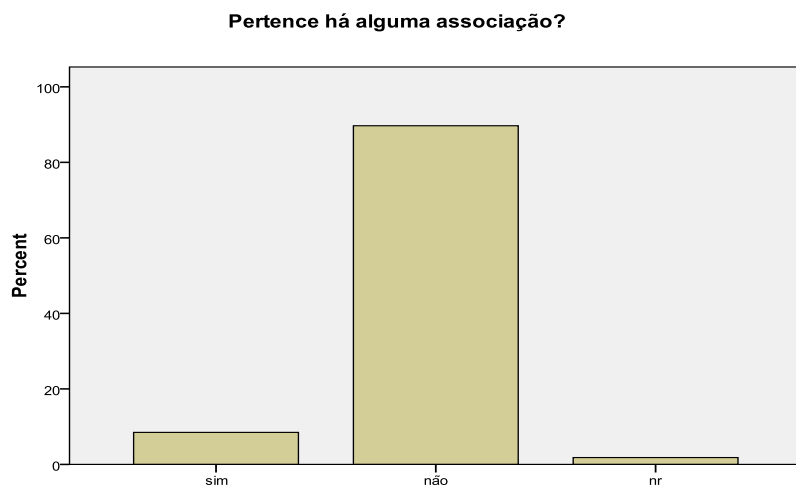
Dos 165 inquiridos, 27 com o peso de 16.4% responde que tem Centros Culturais disponíveis na sua localidade, 42 com peso de 25.5% responde que tem Espaços de Lazer disponíveis na sua localidade, 29 com o peso de 17.6% responde que tem Centros de dia da terceira idade disponíveis na sua localidade, 25 com o peso de 15.2% responde que tem Multiusos para crianças e jovens disponíveis na sua localidade, 33 com o peso de 20.0% responde que tem Polivalentes disponíveis na sua localidade, 9 com o peso de 5.5% responde que tem bibliotecas disponíveis na sua localidade.

Gráfico nº9



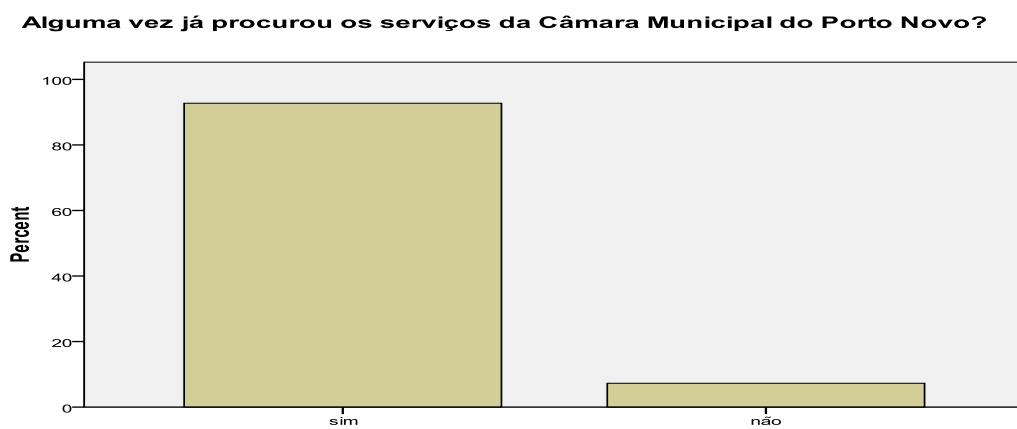
Dos 165 inquiridos, 161 com o peso de 97.6 responde que tem transportes internos na sua localidade, 2 com o peso de 1.2% responde que não tem transportes internos na sua localidade, 2 com o peso de 1.2% não responde.

Gráfico n°10



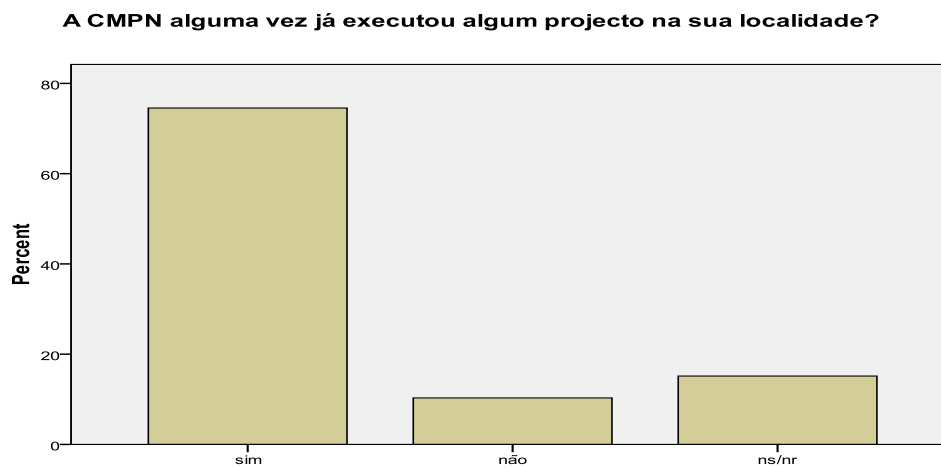
Dos 165 inquiridos, 14 com o peso de 8.5% pertence a uma associação, 148 com o peso de 89.7% não pertence a uma associação, 3 com o peso de 1.8% não responde.

Gráfico n°11



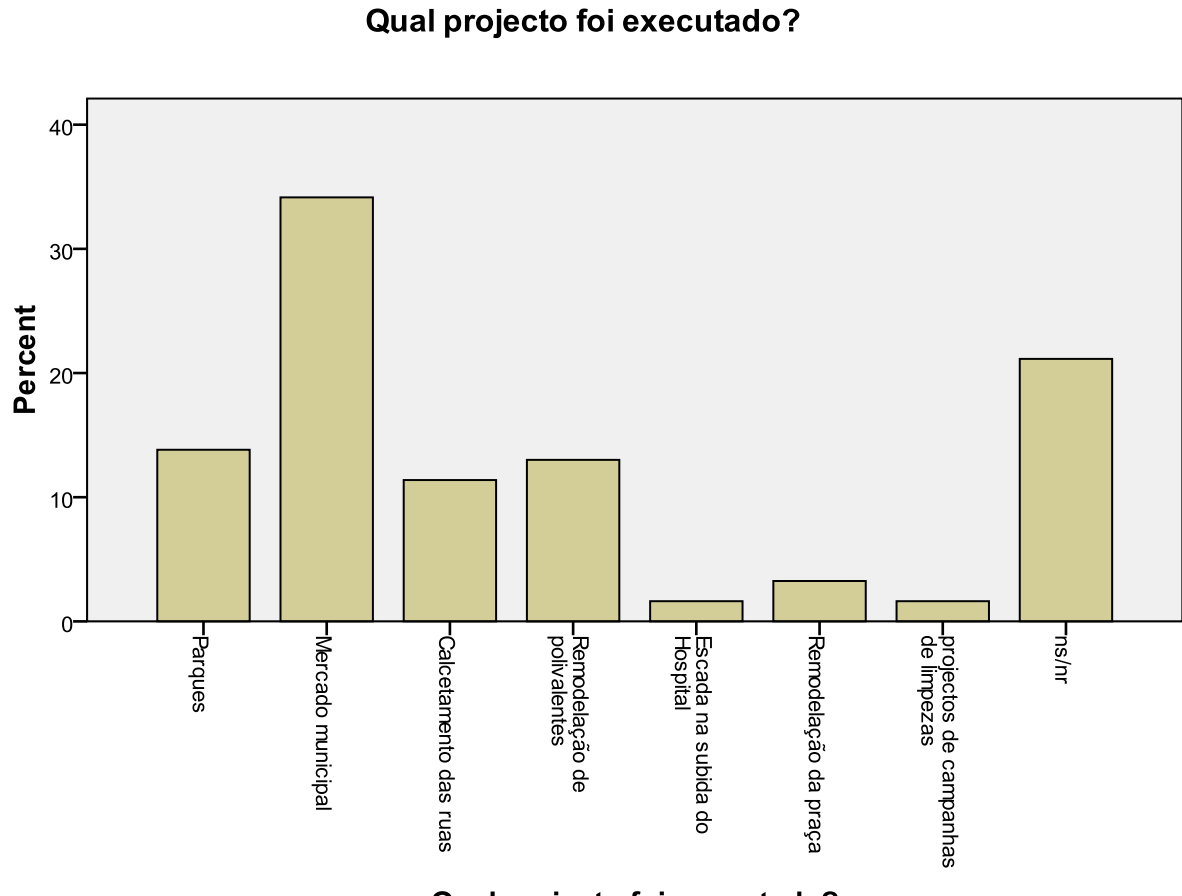
Dos 165 inquiridos, 153 com o peso de 92.7% já procuraram os serviços da CMPN, 12 com o peso de 7.3% não procuraram os serviços da CMPN.

Gráfico nº12



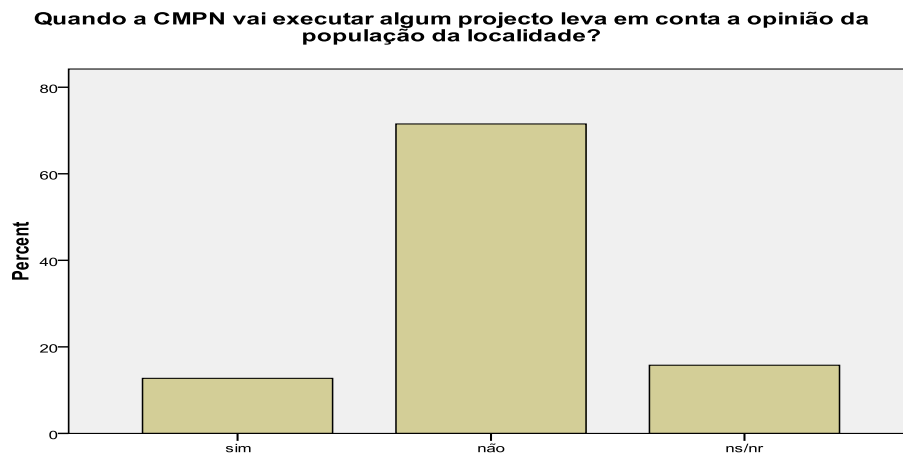
Dos 165 inquiridos, 123 com o peso de 74.5% responde que a CMPN já executou algum projeto na sua localidade, 17 com o peso de 10.3 responde que a CMPN não executou algum projeto na sua localidade, 25 com o peso de 15.2% não sabe/não responde.

Gráfico nº12.1



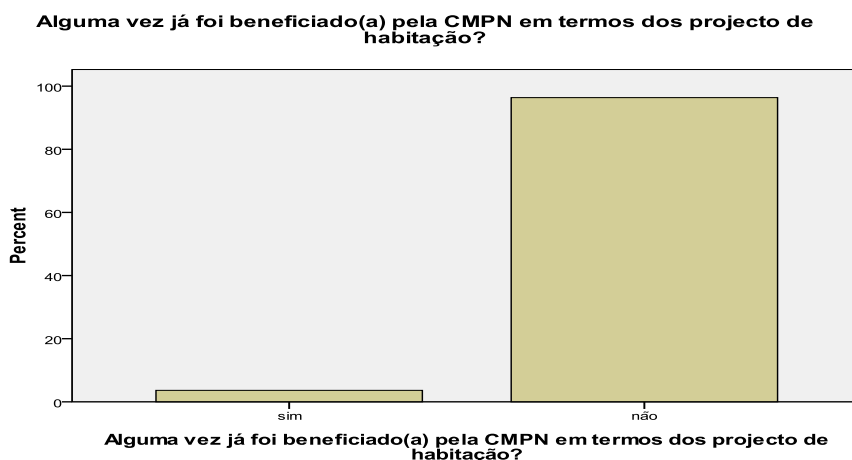
Dos 165 inquiridos, 17 com o peso de 10.3% responde que a CMPN construiu Parques, 42 com o peso de 25.5% responde que a CMPN está a construir o Mercado Municipal, 14 com o peso de 8.5% responde que a CMPN fez calçamento das ruas, 16 com o peso de 9.7% responde que a CMPN fez remodelação nos polivalentes, 2 com o peso de 1.2% responde que a CMPN construiu uma escada na subida do Hospital, 4 com o peso de 2.4 responde que a CMPN fez remodelação nas praças, 2 com o peso de 1.2% responde que a CMPN fez campanhas de limpezas, 26 com o peso de 15.8% não sabe/não responde, 42 com o peso de 25.5% *Missing system*.

Gráfico n°13



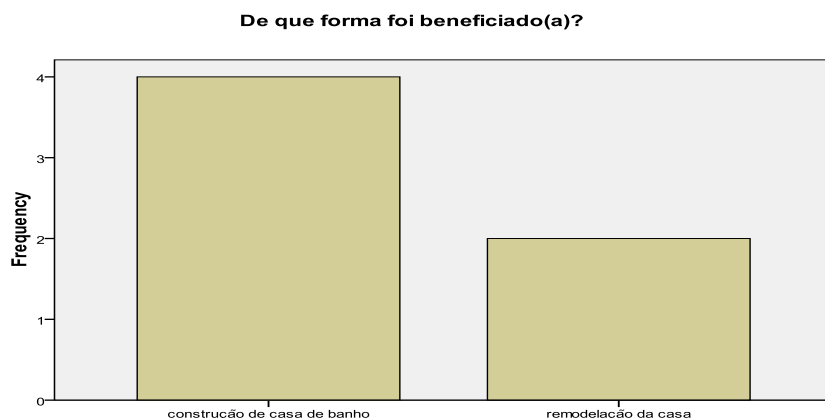
Dos 165 inquiridos, 21 com o peso de 12.7% responde que a CMPN leva em conta a opinião da população quando vai executar algum projeto, 1118 com o peso de 71.5 responde que a CMPN não leva em conta a opinião da população quando vai executar algum projeto, 26 com o peso de 15.8% não sabe/não responde.

Gráfico n°14



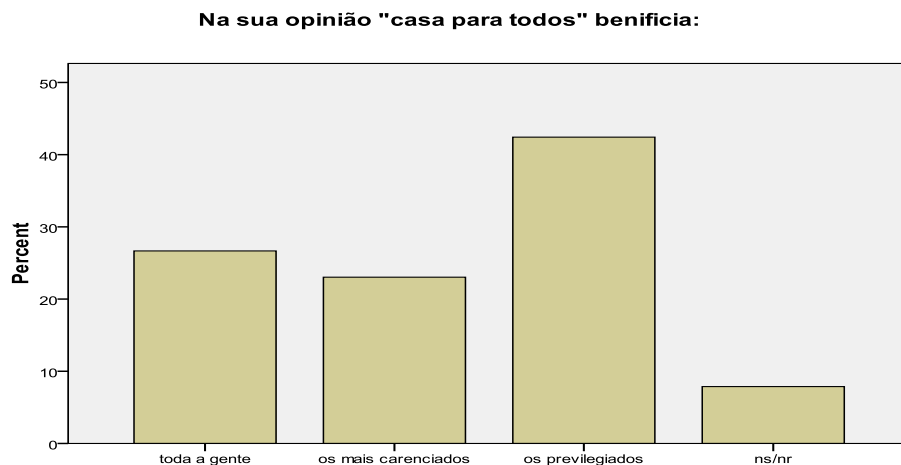
Dos 165 inquiridos, 6 com o peso de 3.6% já foi beneficiado(a) pela CMPN em termos dos projetos de habitação, 159 com o peso de 96.4% não foi beneficiado(a) pela CMPN em termos dos projetos de habitação.

Gráfico nº14.1



Dos 6 inquiridos beneficiados que correspondem a 3.6%, 2 com o peso de 1.2% já foram beneficiados pela remodelação da casa, 4 com o peso de 2.4% já foram beneficiados na construção da casa de banho.

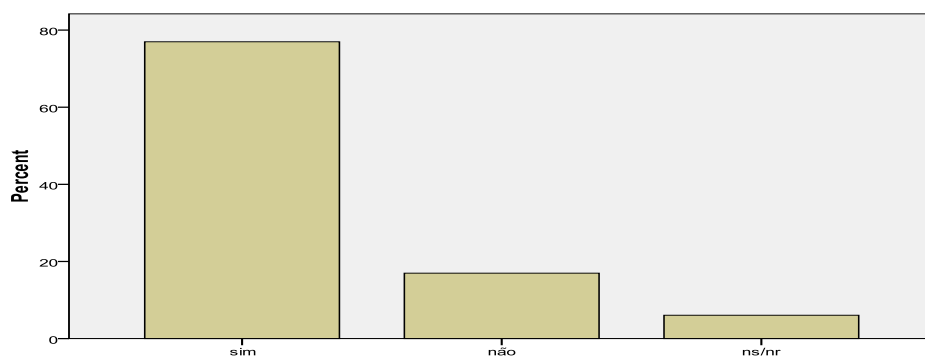
Gráfico nº15



Dos 165 inquiridos, 44 com o peso de 26.7% responde que “casa para todos” beneficia toda a gente, 38 com o peso de 23.0% responde que “casa para todos” beneficia os mais carenciados, 70 com o peso de 42.4% responde que “casa para todos” beneficia os privilegiados, 13 com o peso de 7.9% não sabe/não responde.

Gráfico nº16

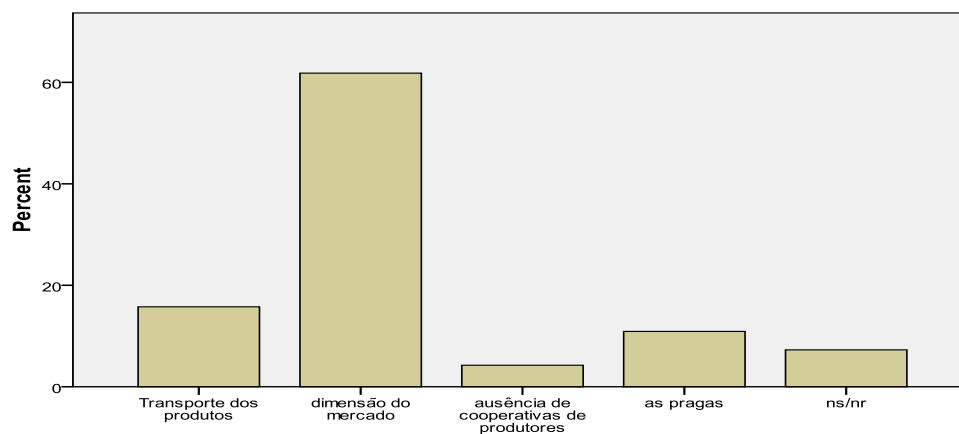
Acha que a política agrícola existente contribui para a geração de emprego?



Dos 165 inquiridos, 127 com o peso de 77.0% responde que a política agrícola existente contribui para a geração de emprego, 28 com o peso de 17.0 responde que a política agrícola existente não contribui para a geração de emprego, 10 com o peso de 6.1% não sabe/não responde.

Gráfico nº17

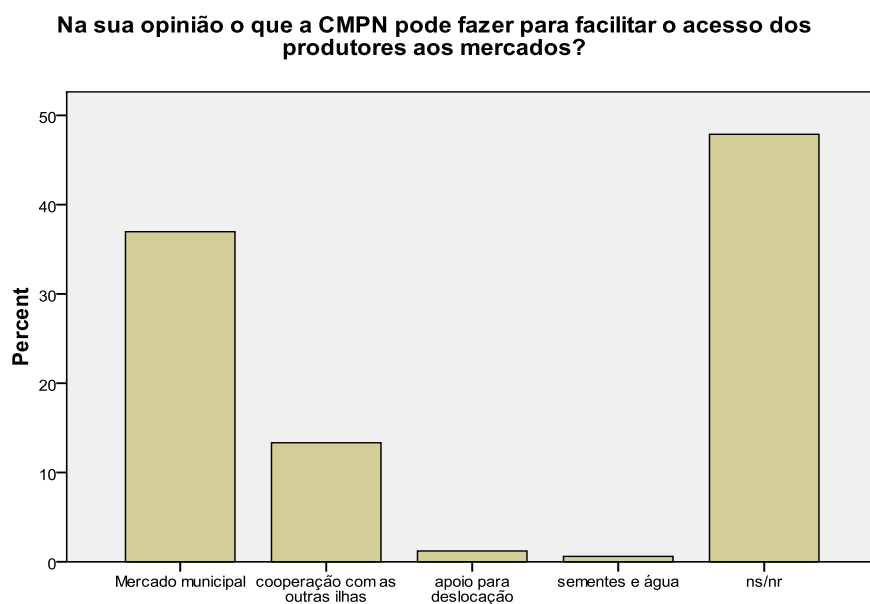
Na sua opinião quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e produtores?



Dos 165 inquiridos, 26 com o peso de 15.8% responde que o transporte dos produtos é a dificuldade enfrentada pelos agricultores, 102 com o peso de 61.8% responde

que a dimensão do mercado é a dificuldade enfrentada pelos agricultores, 7 com o peso de 4.2% responde que a ausência de cooperativas de produtores é a dificuldade enfrentada pelos agricultores, 18 com o peso de 10.9% responde que as pragas é a dificuldade enfrentada pelos agricultores, 12 com o peso de 7.3% não sabe/não responde.

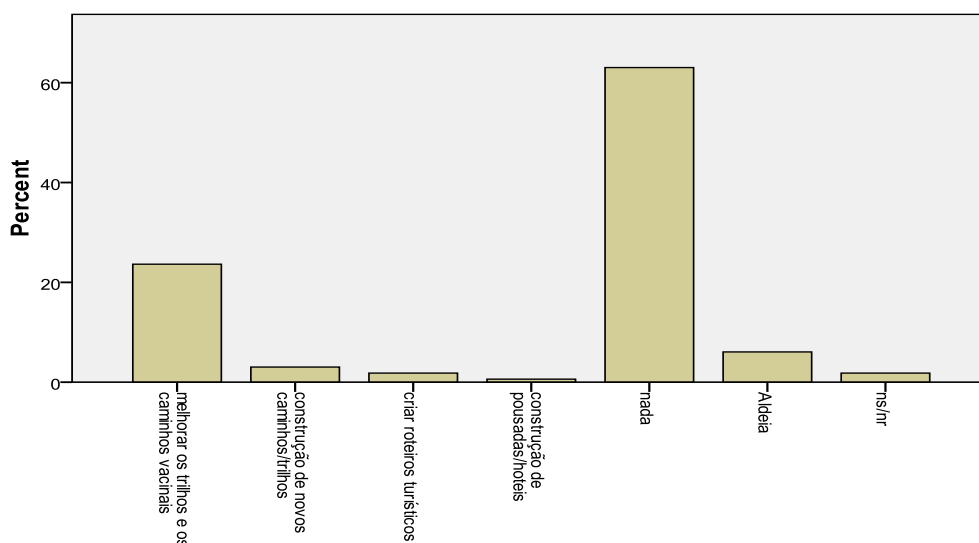
Gráfico n°18



Dos 165 inquiridos, 61 com o peso de 37.0% responde que a CMPN deve construir um Mercado Municipal para facilitar o acesso dos produtores aos mercados, 22 com o peso de 13.3% responde que a CMPN deve fazer cooperações com as outras ilhas para facilitar o acesso dos produtores aos mercados, 2 com o peso de 1.2% responde que a CMPN deveria apoiar na deslocação dos produtos para facilitar o acesso dos produtores aos mercados, 1 com o peso de 0.6% responde que a CMPN deveria ajudar com sementes e água para facilitar o acesso dos produtores, 79 com o peso de 47.9 não sabe/não responde.

Gráfico nº19

Na sua opinião a CMPN tem feito alguma coisa para aumentar o turismo nesse município?



Dos 165 inquiridos, 39 com o peso de 23.6% responde que a CMPN tem melhorado os trilhos e caminhos vicinais para aumentar o turismo no município, 5 com o peso de 3.0% responde que a CMPN tem construído novos caminhos/trilhos para aumentar o turismo no município, 3 com o peso de 1.8% responde que a CMPN tem criado roteiros turísticos para aumentar o turismo no município, 1 com o peso de 0.6% responde que a CMPN tem construído pousadas e hotéis para aumentar o turismo no município, 104 com o peso de 63.0% responde que a CMPN não tem feito nada para aumentar o turismo no município, 10 com o peso de 6.1% responde que a CMPN construiu a Aldeia “Nôz Reiz” para aumentar o turismo no município, 3 com o peso de 1.8% não sabe/não responde.

CONCLUSÃO

À semelhança dos restantes municípios do país, o concelho do porto Novo conheceu um franco desenvolvimento nas quartas décadas de independência, resultado das ações do Governos central, das autoridades locais e de organizações da sociedade civil, nacionais e estrangeiras. Com a independência, o concelho acompanhou a dinâmica de desenvolvimento do país, beneficiando-se de infraestruturas como estradas, melhoramento do Porto, educação e saúde, entre outros.

Apesar dos ganhos consideráveis o concelho continua carecendo de infraestruturas básicas. Com efeito, a dimensão do Concelho, abrangendo mais de metade da ilha de Santo Antão entra em contraponto com a dispersão geográfica da população e a consequente necessidade de disseminação de infraestruturas. O conjunto vasto de pequenas aldeias e sítios, alguns dos quais comportando poucas dezenas de pessoas, com sérios problemas de acesso e comunicação, coloca o problema da dispersão de recursos, do custo dos bens e serviços, incluindo os prestados pelos serviços centrais e locais. O concelho do Porto Novo acaba por ser um concelho essencialmente rural, dependente do sector primário (agricultura e criação de gado) e onde os anos de estiagem colocam desafios importantes às autoridades.

Os desafios são enormes, mas o concelho sofreu importantes mudanças. Acompanhando o ritmo do país, estradas foram construídas, escolas, centros de saúde, tem-se feito um esforço no sentido do acesso à água e eletricidade. Houve um esforço no sentido do acesso menos penoso das crianças à educação e à saúde, consubstanciado da redução das distâncias percorridas pelos habitantes do concelho para ceder a esses serviços básicos.

O desenvolvimento local não é uma tarefa exclusiva das autoridades locais, é também do poder central. No entanto, emergiu nas últimas décadas, uma visão do desenvolvimento que encara a pessoa humana como centro da problemática do desenvolvimento. Neste sentido, e de acordo, por exemplo, com o princípio da subsidiariedade, o poder de decisão deve estar o mais próximo possível do seu destinatário, portanto do cidadão, respeitando tanto quanto possível os princípios que regem a vida das modernas sociedades democráticas.

A realização de eleições municipais, a emergência de organizações da sociedade civil, o surgimento de associações comunitárias, e outras organizações não-governamentais representam essa nova visão desenvolvimentista que coloca o Estado apenas como aquela entidade que ajuda a pessoa humana a se realizar. Por questões, provavelmente de natureza cultural ou político-eleitoral, percebe-se uma certa resistência quer por parte das autoridades em conceder espaço às pessoas, que por parte das pessoas individuais na busca desses espaço de realização pessoal. O Estado, por um lado, quer ainda colocar as pessoas sob a sua dependência; as pessoas, por seu turno, por questões de segurança, no seu sentido mais lato, pretende ficar sob o manto protetor do Estado.

Para a realização do presente trabalho, partimos de algumas hipóteses que nos deveriam guiar ao longo da pesquisa. Ao analisar a primeira hipótese: Apesar dos discursos oficiais, os projetos ou programas de desenvolvimento, são ainda, no essencial, concebidos nos gabinetes das Câmaras Municipais e das delegações dos ministérios e institutos públicos, sem ter em devida conta a participação efetiva dos munícipes nos processos de concepção, formulação e implementação. Os números são expressivos, mas de 80% dos inquiridos não se sentem envolvidos nos projetos que lhes dizem respeito ou muitas vezes nem sequer são ouvidos. Esta evidência numérica vai no sentido de validade a primeira hipótese.

Dos 165 inquiridos, 21 com o peso de 12.7% responde que a CMPN leva em conta a opinião da população quando vai executar algum projeto, 118 com o peso de 71.5 responde que a CMPN não leva em conta a opinião da população quando vai executar algum projeto, 26 com o peso de 15.8% não sabe/não responde.

É de notar que segundo os inquiridos, a Câmara Municipal do Porto Novo, não leva em conta a opinião da população quando vai executar algum projeto nas localidades, e isto faz com que a população não tenha uma participação efetiva nos processos de concepção, formulação e implementação dos projetos.

A hipótese 2: As próprias populações locais não estão ainda conscientes e preparadas para uma participação ativa nos processos de desenvolvimento que lhes dizem respeito. Dos 165 inquiridos, apenas 14 em 165 dizem pertencer a associações de qualquer natureza. Dos 165 inquiridos, 14 com o peso de 8.5% pertence a uma associação, 148 com o peso de 89.7% não pertence a uma associação, 3 com o peso de 1.8% não responde.

É de notar que a maioria dos inquiridos não pertence a uma associação, e as associações comunitárias também participam no desenvolvimento local, uma vez que estão perto das pessoas e deparam com as dificuldades das populações, mas a população não quer pertencer às associações e muito menos participar para que haja o desenvolvimento local. À semelhança da primeira hipótese, parece-nos também coerente aceitar a segunda hipótese que aponta para a fraca adesão das pessoas às associações comunitárias e de desenvolvimento local.

A hipótese 3: Existem e persistem constrangimentos vários que condicionam a visão alternativa de desenvolvimento no Concelho do Porto Novo, como a cultura, a questão política eleitoral, a pobreza; entre outros. A terceira hipótese surge na sequência das duas primeiras, pelo que parece igualmente validade, embora careça eventualmente de estudos adicionais para confirmar esta hipótese. Com efeito, a pobreza, o desemprego, as carências quanto à educação fazem com que as pessoas sejam vulneráveis a pressões político-eleitorais por parte de partidos e organizações. Este fenómeno, por seu turno, ajusta-se perfeitamente a dependência estrutural dos cidadãos em relação aos poderes públicos.

O concelho do Porto Novo, à semelhança do todo nacional, conheceu um franco desenvolvimento em vários domínios, desde a educação à saúde, às infraestruturas. Persistem, no entanto, desafios importantes no momento em que Cabo Verde passa por uma fase de transição para país de desenvolvimento médios, com todas as consequências daí advenientes. Importa também referir que esta nova fase da vida do país, e do município em particular, exige que o Estado dê espaço ao indivíduo, e este por sua vez, lute para poder libertar a sua energia criadora e empreendedora. O novo paradigma emergente de organização de sociedade não é mais consentâneo com um Estado paternalista e provedor do cidadão, nem com um cidadão à espera que o Estado lhe resolva os problemas. Quer-se, pelo contrário um Estado subsidiário do cidadão e um cidadão que se auto-realiza, tendo o Estado como o garante último e impulsionador da sua realização.

BIBLIOGRAFIA

BARATA, Óscar Soares Coord. *Política Social* (1998). Instituto de ciências sociais e políticas, Lisboa, 1998.

BRANCO, João Pedro, (2007). *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*. [Em linha]. Disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/402/1/16286_1_O_municipalismo_no_pensamento_de A. Herculano.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/402/1/16286_1_O_municipalismo_no_pensamento_de_A_Herculano.pdf) [Consultado em 30/06/2015].

CABRAL, *No cruzamento das épocas* (2005), comunicações e discursos produzidos no II Simpósio internacional Amílcar Cabral. Praia, Setembro de 2005.

Constituição da República de Cabo Verde (2010), 2ª Revisão ordinária.

ÉVORA, Roselma (2004). *CABO VERDE, A Abertura Política e a transição para a Democracia*. Cidade da Praia, 2004.

FERNANDES, António José (2010). *Introdução à ciência Política – Teorias, Métodos e Temáticas*, 3º edição.

FURTADO, Dulcelino Tavares (2013). *Descentralização e Autonomia Financeira do Município de São Miguel*. [Em linha]. Disponível em <http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/475/1/Dulcelino%20Furtado.pdf> [Consultado em Setembro de 2015].

Grupo Parlamentar do PAICV, *A descentralização e o Novo Ordenamento do território*. (Jornada Temática), Praia, 27 de Novembro de 2002.

Imprensa Nacional/casa da Moeda, *Conferência Sobre Regionalização e desenvolvimento* (1982). Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, Outubro de 1982.

LARANJO, José Manuel, et al. *Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social*, 12º Ano, 1º Parte.

Legislação Autárquica-I

Legislação Municipal Cabo Verdiana 2010.

- MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa, et al.** Brasília 2012. Município Palco da Vida, A *História do Municipalismo Brasileiro* Vol. I (2012). Confederação nacional de municípios. [Em linha]. Disponível em www.memoria.cnm.org.br/images/palco_da_vida_cnm.pdf [Consultado em 28-06-2015].
- NETO, Paulo Alexandre**, coord. (2006). *Território e Desenvolvimento Económico*.
- OLIVEIRA, António Cândido, et al.** (2008). *Legislação de Direito regional e Local*- 1 vol.
- OLIVEIRA, Maria da Luz, et al.** *Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social*, 12º ano (1995).
- REBELO, Marta** (2007). *Descentralização e a Justa Repartição de recursos entre o Estado e as Autarquias Locais*, Outubro de 2007.
- REIS, Victor** (2010). *Desenvolvimento em Cabo Verde*. As opções estratégicas e o investimento direto estrangeiro, contributo Português.
- ROCHA, Joaquim Freitas** (2009). *Direito Financeiro local* (Finanças locais).
- ROCHA, José António** (2005). *Regionalização no âmbito da Gestão Autárquica*. Julho, 2005.
- SOUSA, António Rebelo** (2009). *Manual de economia e desenvolvimento*. – Aparentamentos-, Instituto superior de ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- TAVARES, Nadine Janete Brito Martins** (2013). *Descentralização do Poder Local e o cumprimento dos ODM em Cabo verde: o caso do Município da Praia*. [Em linha]. Disponível em http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/531/1/MONOGRAFIA%20NADINE%20JANETE%20TAVARES_a03842_APA004.pdf [Consultado em Setembro de 2015].
- VEIGA, Calos Alberto.** (2007), *Descentralização: conceitos e perspectivas*. [Em linha]. Disponível em www.reformadoestado.gov.cv/.../422-descentralizacao-conceitos-e-perspectivas [Consultado em 25/03/2014].

Documentos diversos facultados pela Câmara Municipal de Porto Novo

Caracterização do Concelho de Porto Novo

Estratégias para o Desenvolvimento de Porto Novo

ANEXO

ANEXO QUESTIONÁRIO

DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

Filtro: Tem residência fixa no Concelho do
Porto Novo

1. Sim
2. Não – Não realizar a entrevista

A1-Sexo:

1. Masculino
2. Feminino

A2-Idade:

1. 18 a 27 anos
2. 28 a 37 anos
3. 38 a 47 anos
4. 48 a 57 anos
5. 58 a 67 anos
6. 68 e mais anos
7. Nr

A3-Poderia por favor me dizer em que
zona reside?-----

A4-Neste momento tem alguma ocupação
profissional?

1. Sim
2. Não

A4.1-Qual?-----

A5-Qual o seu nível de escolaridade?

1. Ensino primário
2. Ensino secundário
3. Bacharel
4. Ensino superior
5. Sem escolaridade
6. NS/NR

A6-Alguma vez já teve necessidade de
procurar alguns serviços
desconcentrados?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A7-Na sua localidade existe alguns desses
serviços desconcentrados?

1. Delegação Municipal
2. Casa cidadão
3. Posto policial
4. Posto Sanitário
5. Jardins infantis
6. Escolas primárias
7. Escolas secundárias
8. Posto de cobrança de energia e água
9. Correio
10. NS/NR
11. Outros. Quais? -----

A8-De alguns serviços básicos existentes,

dos quais tens disponíveis:

1. Rede de abastecimento de água
2. Abastecimento de energia elétrica
3. Rede de esgoto
4. Recolha e tratamento de resíduos:
lixo

A9-De alguns serviços multimédia existentes, quais tens disponíveis:

1. Televisão
2. Telefone
3. Internet
4. NR
5. Outros. Quais?-----

A10-De alguma infraestruturas sociais, dos quais tem disponíveis na sua localidade:

1. Centros culturais
2. Espaços de lazer
3. Centros de dia da terceira idade
4. Multiusos para crianças e jovens
5. Polivalentes
6. Bibliotecas
7. NS/NR
8. Outros. Quais?-----

A11-Na sua localidade há transportes internos?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A12-Pertence há alguma associação?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A12.1-Qual associação pertence? -----

A13-Alguma vez já procurou os serviços da CMPN?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A14-A CMPN alguma vez já executou algum projeto na sua localidade?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A14.1-Qual projeto foi executado? -----

A15-Quando a CMPN vai executar algum projeto leva em conta a opinião da população da localidade?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A16-Alguma vez já foi beneficiado (a) pela CMPN em termos dos projetos de habitação?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A16.1-De que forma foi beneficiado (a):

1. Construção total da casa
2. Remodelação da casa
3. Construção de casa de banho
4. NS/NR
5. Outros. Quais? -----

A17-Na sua opinião o programa “casa para todos” beneficia:

1. Toda a gente
2. Os mais carenciados
3. Os privilegiados
4. NS/NR
5. Outros/ quais? -----

A18-Acha que a política agrícola existente contribui para a geração de emprego?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

A19-Na sua opinião quais as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores e produtores?

1. Transporte dos produtos
2. Dimensão do mercado
3. Ausência de cooperativas de produtores
4. As pragas
5. NS/NR

A20- Na sua opinião o que é que a CMPN pode fazer para facilitar o acesso dos produtores aos mercados?

A21-Na sua opinião a CMPN tem feito alguma coisa para aumentar o turismo nesse município:

1. Melhorar os trilhos e os caminhos vicinais
2. Construção de novos caminhos/trilhos
3. Criar roteiros turísticos
4. Construção de pousadas/hotéis
5. NS/NR
6. Outros. Quais?-----

ANEXO – TABELAS

Tabela nº1

Idade * sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Idade	18-27 anos	Count	15	26	41
		% of Total	9,1%	15,8%	24,8%
	28-37 anos	Count	25	34	59
		% of Total	15,2%	20,6%	35,8%
	38-47 anos	Count	30	17	47
		% of Total	18,2%	10,3%	28,5%
	48-57 anos	Count	6	6	12
		% of Total	3,6%	3,6%	7,3%
	58-67 anos	Count	2	0	2
		% of Total	1,2%	,0%	1,2%
	68 anos e mais	Count	1	1	2
		% of Total	,6%	,6%	1,2%
	NR	Count	0	2	2
		% of Total	,0%	1,2%	1,2%
	Total	Count	79	86	165
		% of Total	47,9%	52,1%	100,0%

Tabela nº 2

Neste momento tem alguma ocupação profissional?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	102	61,8	61,8	61,8
	não	62	37,6	37,6	99,4
	nr	1	,6	,6	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº 3

Qual o seu nível de escolaridade?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino primário	37	22,4	22,4	22,4
	Ensino secundário	98	59,4	59,4	81,8
	Bacharel	5	3,0	3,0	84,8
	Ensino superior	15	9,1	9,1	93,9
	Sem escolaridade	10	6,1	6,1	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela n°4

Alguma vez já teve necessidade de procurar alguns serviços desconcentrados?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	137	83,0	83,0	83,0
	não	2	1,2	1,2	84,2
	Ns/nr	26	15,8	15,8	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela n°5

Na sua localidade existem alguns desses serviços desconcentrados?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Delegação Municipal	15	9,1	9,1	9,1
	Casa Cidadão	34	20,6	20,6	29,7
	Posto Policial	25	15,2	15,2	44,8
	Posto sanitário	16	9,7	9,7	54,5
	Jardins Infantis	22	13,3	13,3	67,9
	Escolas Primárias	15	9,1	9,1	77,0
	Escolas Secundárias	13	7,9	7,9	84,8
	Posto de cobrança de energia e água	13	7,9	7,9	92,7
	Correio	12	7,3	7,3	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº6

De alguns serviços básicos existentes, dos quais tens disponíveis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Rede de abastecimento de água	49	29,7	29,7	29,7
	Abastecimento de energia eléctrica	58	35,2	35,2	64,8
	Rede de esgoto	25	15,2	15,2	80,0
	Recolha e tratamento de resíduos:lixo	33	20,0	20,0	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº7

De alguns serviços multimédia existentes, quais tens disponíveis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	televisão	85	51,5	51,5	51,5
	telefone	50	30,3	30,3	81,8
	internet	24	14,5	14,5	96,4
	nr	6	3,6	3,6	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº8

De algumas infraestruturas sociais, dos quais tens disponíveis na sua localidade?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Centros Culturais	27	16,4	16,4	16,4
Espaços de lazer	42	25,5	25,5	41,8
Centros de dia da terceira idade	29	17,6	17,6	59,4
Multiusos para crianças e jovens	25	15,2	15,2	74,5
polivalentes	33	20,0	20,0	94,5
bibliotecas	9	5,5	5,5	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº 9

Na sua localidade há transportes internos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	161	97,6	97,6	97,6
não	2	1,2	1,2	98,8
nr	2	1,2	1,2	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº10

Pertence há alguma associação?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	14	8,5	8,5	8,5
	não	148	89,7	89,7	98,2
	nr	3	1,8	1,8	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº11

Alguma vez já procurou os serviços da Câmara Municipal do Porto Novo?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	153	92,7	92,7	92,7
	não	12	7,3	7,3	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº12

**A CMPN alguma vez já executou algum projecto na sua
localidade?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	123	74,5	74,5	74,5
não	17	10,3	10,3	84,8
ns/nr	25	15,2	15,2	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº12.1

Qual projecto foi executado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Parques	17	10,3	13,8	13,8
	Mercado municipal	42	25,5	34,1	48,0
	Calçamento das ruas	14	8,5	11,4	59,3
	Remodelação de polivalentes	16	9,7	13,0	72,4
	Escada na subida do Hospital	2	1,2	1,6	74,0
	Remodelação da praça	4	2,4	3,3	77,2
	projectos de campanhas de limpezas	2	1,2	1,6	78,9
	ns/nr	26	15,8	21,1	100,0
	Total	123	74,5	100,0	
Missing	System	42	25,5		
Total		165	100,0		

Tabela nº13

Quando a CMPN vai executar algum projeto leva em conta a opinião da população da localidade?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	21	12,7	12,7	12,7
	não	118	71,5	71,5	84,2
	ns/nr	26	15,8	15,8	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº14

Alguma vez já foi beneficiado(a) pela CMPN em termos dos projetos de habitação?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	6	3,6	3,6	3,6
	não	159	96,4	96,4	100,0
	Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº14.1

De que forma foi beneficiado(a)?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid remodelação da casa	2	1,2	33,3	33,3
construção de casa de	4	2,4	66,7	100,0
banho				
Total	6	3,6	100,0	
Missing System	159	96,4		
Total	165	100,0		

Tabela nº15

Na sua opinião "casa para todos" beneficia:

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid toda a gente	44	26,7	26,7	26,7
os mais carenciados	38	23,0	23,0	49,7
os privilegiados	70	42,4	42,4	92,1
ns/nr	13	7,9	7,9	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº16

Acha que a política agrícola existente contribui para a geração de emprego?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	127	77,0	77,0	77,0
não	28	17,0	17,0	93,9
ns/nr	10	6,1	6,1	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº17

Na sua opinião quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Transporte dos produtos	26	15,8	15,8	15,8
dimensão do mercado	102	61,8	61,8	77,6
ausência de cooperativas de produtores	7	4,2	4,2	81,8
as pragas	18	10,9	10,9	92,7
ns/nr	12	7,3	7,3	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº18

Na sua opinião o que a CMPN pode fazer para facilitar o acesso dos produtores aos mercados?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Mercado municipal	61	37,0	37,0	37,0
cooperação com as	22	13,3	13,3	50,3
outras ilhas				
apoio para deslocação	2	1,2	1,2	51,5
sementes e água	1	,6	,6	52,1
ns/nr	79	47,9	47,9	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Tabela nº19

Na sua opinião a CMPN tem feito alguma coisa para aumentar o turismo nesse município?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid melhorar os trilhos e os caminhos vicinais	39	23,6	23,6	23,6
construção de novos caminhos/trilhos	5	3,0	3,0	26,7
criar roteiros turísticos	3	1,8	1,8	28,5
construção de pousadas/hotéis	1	,6	,6	29,1
nada	104	63,0	63,0	92,1
Aldeia	10	6,1	6,1	98,2
ns/nr	3	1,8	1,8	100,0
Total	165	100,0	100,0	

